mundo crítico

Revista de Desenvolvimento e Cooperação

n.11
Jan 2025

Mulheres, Poder e Lideranças

mundo crítico

Revista de
Desenvolvimento
e Cooperação

MULHERES, PODER E LIDERANÇAS

Por muito que seja evidente que a participação equitativa na vida política é essencial nos processos de Desenvolvimento, infelizmente, um pouco em todo o lado, os dados mostram que as mulheres continuam a estar sub-representadas em todos os níveis de tomada de decisão e que a paridade de género ainda está longe de ser alcançada na vida política.

A relação com o poder e as possibilidades de aceder a posições de liderança é marcada quotidianamente por uma negociação constante entre o dentro e o fora de casa, seja qual for o contexto de acção das mulheres.

Neste número da Mundo Crítico, propõe-se uma leitura crítica e diversificada em termos de geografia e de épocas sobre a forma em que se articulam as relações entre as mulheres, o poder e os vários tipos de liderança, favorecendo assim uma leitura mais articulada dos mecanismos e dos valores em que assenta o funcionamento das sociedades.

Na Conversa imperfeita as historiadoras Ana Paula Tavares e Patrícia Godinho Gomes falam dos desafios que as mulheres enfrentam no quotidiano nos países africanos focando-se no conceito de geração e na importância da participação feminina no processo de construção das nações hoje independentes.

Outros contributos reflectem sobre as dificuldades de acesso ao poder das mulheres em escala mundial e de como a sua participação se configura na política ao nível de contextos mais informais onde elas criam também condições para a sua sobrevivência.

O ensaio fotográfico de Dário Pequeno Paraíso *Para um novo Tchiloli*, mostra como é possível reinventar e renovar a tradição, mostrando retratos de jovens mulheres de São Tomé e Príncipe que traduzem no feminino uma das expressões mais típicas do arquipélago.

Índice

6 / Autorias

Conversas imperfeitas

14 / Transmissão de saberes e valor das histórias de mulheres: diálogos necessários para o tempo em que vivemos
Ana Paula Tavares e Patrícia Godinho Gomes

Saber e circunstâncias

28 / Porque não existem mais mulheres em cargos de liderança? Um contributo do POWER
Maria João Guedes

37 / Uma canção de arroz e fogo: Canções de protesto pós-eleitorais na Zambézia, Moçambique
Carmeliza Rosário

52 / E a liberdade de género?
Luzia Moniz

57 / Mulheres e Empreendedorismo Informal: "Calamidades" e tecnologias digitais em Moçambique
Inês Faria

75 / Sobre o mapeamento de iniciativas de mulheres criativas / empreendedoras no setor da economia criativa em Cabo Verde
Matilde Dias

82 / Os regadios tradicionais em Angola e o crucial papel da mulher. O caso do Planalto Central
Vítor Serrano

Modos de ver

96 / Um novo Tchiloli
Dário Pequeno Paraíso

Narrativas

108 / Mulher, essa cadeira é maior do que tu!
Paula Borges

Ecos gráficos

114 / *Hetamoé*

Escaparate

120 / Letizia Battaglia: Passion Justice Freedom
Livia Apa

122 / Mulheres Invisíveis
Ana Filipa Oliveira

124 / Conselho Editorial

125 / Conselho Consultivo

Autorias

Conversas imperfeitas

ANA PAULA TAVARES

Ana Paula Tavares é poeta e historiadora. Nasceu no Lubango, em Angola. Vive em Portugal desde 1992. Doutora em História tem trabalhado questões ligadas à memória e ao património cultural. É autora de prosa e poesia, traduzidas em várias línguas. Em 2023 foi reunida a sua obra poética " Poesia reunida seguida de Água Selvagem" e as suas crónicas no volume "O sangue da bunganvilia".

PATRÍCIA GODINHO GOMES

É originária da Guiné-Bissau. Doutorada em História da África Moderna e Contemporânea e pós-doutorada em História da África pela Universidade de Cagliari, Itália, bem como pós-doutorada em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia, Brasil onde foi Professora Visitante. É Administradora de Programas no Departamento de Pesquisa do CODESRIA, com sede em Dakar (Senegal).

Saber e circunstâncias

MARIA JOÃO GUEDES

Professora do ISEG, onde é coordenadora do Doutoramento em Gestão e do Master in Accounting. É investigadora do Advance – Centro de Investigação Avançada (ISEG/ULisboa). Possui um Doutoramento em Gestão Financeira pelo Imperial College Business School, em Londres, Reino Unido. É vice-presidente do Conselho Económico e Social.

CARMELIZA ROSÁRIO

É uma antropóloga social com investigação na liderança consuetudinária feminina e na produção de conhecimento descolonial. Faz parte da rede GETSPA, uma rede pan-africana de investigadores que desenvolvem resultados de conhecimento para políticas sociais transformadoras de género em todo o continente africano. Nesta rede, está a trabalhar no caso moçambicano relacionado com a crise da dívida e a política social em África.

LUZIA MONIZ

Africana de Angola, jornalista, socióloga e activista interseccional, é fundadora e primeira presidente da PADEMA (Plataforma para o Desenvolvimento da Mulher Africana). Colunista do Novo Jornal de Angola, analista da STV de Moçambique e membro do Conselho Estratégico da Universidade Lusófona de Portugal, é autora dos livros "Silenciocracia, Jornabófias e outras Mazelas" (2022) e "Liberte-se, Sr. Presidente!" (2024), com prefácio de Graça Machel.

INÊS FARIA

É investigadora no SOCIUS, ISEG, Universidade de Lisboa. Doutorada em Antropologia pela Universidade de Amesterdão, trabalha desde 2016 na área de Antropologia Económica e economia cultural. O seu trabalho tem como tema central as relações entre tecnologia e sociedade, abrangendo áreas como o dinheiro, finanças, meios de subsistência e saúde, tanto na Europa como na África Subsariana.

MATILDE DIAS

Cabo-verdiana,é jornalista e apresentadora na Televisão de Cabo Verde desde 2001, com uma carreira centrada na divulgação cultural. O seu actual projecto, o magazine cultural Revista, está no ar há 12 anos. Em 2018, venceu o Prémio Nacional do Jornalismo, atribuído pela associação sindical dos jornalistas. Trabalhou como produtora e entrevistadora no cinema.

VÍTOR SERRANO

Agrónomo com mestrado em Solos e Águas. Uma longa vida profissional iniciada na academia e continuada na cooperação internacional, tanto em programas de desenvolvimento como na acção humanitária, principalmente na temática da segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento rural. Esteve colocado e realizou missões em múltiplos países em África, Ásia e A. Latina para instituições públicas, ONU (UNICEF e FAO), UE e Instituto Camões.

Modos de ver

DÁRIO PEQUENO PARAÍSO

É um fotógrafo e videografo freelancer, nascido em Lisboa e filho de santomenses residentes em Portugal. Chegou pela primeira vez a S. Tomé e Príncipe decidido a conhecer as suas origens e motivações existenciais, dando os primeiros passos nas áreas criativas. Autodidacta, em 2014 começou a usar a fotografia como interlocutor das diferenças sociais, económicas e culturais que vai descobrindo e conhecendo.

Narrativas

PAULA BORGES

Quase 30 anos no jornalismo. Mãe de 2 filhas que – deseja - sempre "carreguem amor na sua coragem". Vive para ouvir histórias. E para contá-las. Palavras e silêncios, desilusões, sonhos, esperanças. A RDP África é paixão maior. Recebeu, entre outros, o Prémio Gazeta Rádio 2023, por «Moçambique: Na arte de resistir», em conjunto com Orfeu de Sá Lisboa e Paulo Cavaco.

Ecos gráficos

HETAMOÉ

Artista visual e investigadora. Em 2012, cofundou o selo português de zines Clube do Inferno e começou a criar banda desenhada sob o pseudónimo Hetamoé. O seu trabalho tem sido apresentado por editoras alternativas e outros espaços em Portugal e no estrangeiro. Em 2020, cofundou o coletivo MASSACRE. É doutorada em Pintura pela FBAUL, onde é Investigadora FCT Júnior e docente. www.heta.moe IG @hetamoe

Escaparate

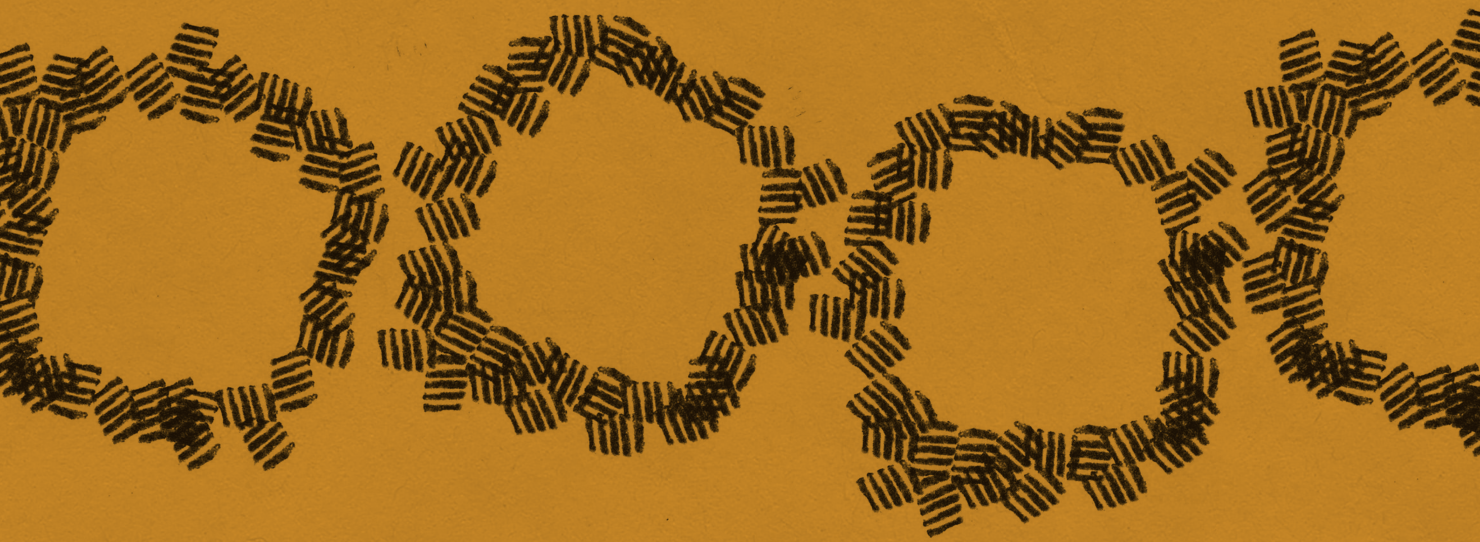
LIVIA APA

Nasceu em Nápoles. É investigadora, com trabalho na área dos estudos culturais dos países de língua oficial portuguesa. É também tradutora, tendo publicado em italiano, entre outros, Mia Couto, Ondjaki, Ruy Duarte de Carvalho, Mário Cesariny, Ana Luísa Amaral, Ana Paula Tavares. Faz parte da direcção da ACEP. Colabora com a revista *Gli Asini* de Roma.

ANA FILIPA OLIVEIRA

Trabalha na ACEP, desde 2009, onde desenvolve projectos na área da comunicação, advocacia e direitos humanos, após uma passagem pelo jornalismo em Macau. Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa, é licenciada em Jornalismo pela Universidade de Coimbra.

Conversas Imperfeitas



Transmissão de saberes e valor das histórias de mulheres: diálogos necessários para o tempo em que vivemos

ANA PAULA TAVARES

PATRÍCIA GODINHO GOMES

A poeta e historiadora Ana Paula Tavares (ULLisboa) e a investigadora do CODESRIA (Senegal), Patrícia Godinho Gomes, reflectem sobre a relação das mulheres com os desafios que lhe são colocados quando escolhem assumir posições de liderança e sobre os impedimentos que ainda existem para um acesso igualitário ao poder nas suas diferentes formas. A conversa atravessa temas como a importância do legado da participação feminina nas lutas de libertação e o diálogo entre gerações, a transmissão de saberes e a relação entre contextos urbanos e rurais.

ANA PAULA TAVARES
(A.P.T.)

— Eu acho que as mulheres continuam completamente arredadas de todos os circuitos do poder, do exercício desse mesmo poder, embora por vezes as aparências sejam diferentes. Se nós olharmos para a Constituição angolana, apesar dela hoje já não ser a mesma Constituição que realmente fundou o país em 1975 (passaram 50 anos, a Constituição tem muitas adendas), realmente parecia que os direitos das mulheres estariam salvaguardados. Um certo direito à igualdade parecia estar lá inscrito. Mas começa logo por aí, as palavras são desafiadoras – direito à igualdade – quer dizer que elas ainda têm um grande caminho para conseguirem, não é uma coisa conseguida, uma coisa atribuída. Isso leva-me a pensar que ainda é muito longo o trabalho, as tarefas de todas estas mulheres, apesar de eu pensar que aquele país sem mulheres não podia existir. São elas que garantem a existência daquele país no quotidiano, há 50 anos, tal como nos nossos dias!

É verdade que há 50 anos nós tínhamos o país praticamente em guerra, neste momento há uma situação de paz, isto é, os exércitos formais, teoricamente, depuseram as armas, mas hoje, como antes, são elas que realmente garantem toda a produtividade do país, toda a sobrevivência daquele país. Cada dia assenta no trabalho das mulheres. São elas que continuam a organizar o ciclo da vida, são elas que continuam a desencantar a água, esteja ela onde estiver, e, ao mesmo tempo que isto acontece, são elas que continuam muito longe, por exemplo, das carreiras universitárias. Tivemos uma ministra angolana mulher, ministra dos petróleos, o sector fundamental da economia angolana, com as infelicidades todas que nós sabemos que o petróleo determina, o sector dos petróleos foi durante um tempo governado por uma mulher. Eu sei que ela não tinha dentro desse Ministério dos Petróleos um poder real e efectivo e o mundo dos petróleos fica muito para lá das fronteiras da nação, como sabemos... houve projectos, ideias e formas de conduzir os resultados do petróleo que não saíam propriamente da cabeça dela. Acho que há um longo caminho ainda a percorrer. Se nós pensarmos, e eu sou historiadora e tenho a obrigação de pensar como

historiadora, o que eram as mulheres no fim do tempo colonial, na data da independência, é evidente que já houve um caminho percorrido. À data da independência, Angola tinha 95% de analfabetos homens e 97,7% de analfabetas mulheres. Portanto, as mulheres estavam completamente fora do sistema de ensino, do sistema escolar. É evidente que os números hoje são outros, mas são números que não correspondem ao exercício do poder que realmente essas mulheres poderiam já ter nas mãos, infelizmente.

PATRÍCIA GODINHO GOMES
(P.G.G.)

— Gostaria antes de mais de vos dizer que coincidentemente hoje, dia 30 de janeiro, é o dia da mulher guineense. Portanto, é o dia em que a Titina Silá, a Ernestina Silá, a antiga competente da liberdade da pátria, morreu. Em 1973, ela tinha ido assistir às exéquias de Amílcar Cabral e desapareceu no rio Farim e ela merece o meu reconhecimento e o meu respeito por tudo o que fez pelas mulheres. Eu penso que é interessante fazer algumas pontes entre os nossos países, por exemplo entre a Guiné-Bissau e Angola neste caso mais específico, mas eu atreveria a dizer também em termos dos PALOP, de uma forma mais geral. Se considerarmos as terras colonizadas onde houve lutas armadas, Guiné, Angola e Moçambique, é interessante ver como esta relação entre as mulheres e o poder não é só política – e a Ana Paula deixou isto aqui subjacente nas palavras dela. O poder não se resume apenas ao poder político. Temos que considerar que os nossos países são fruto de uma evolução histórica que antecede as relações coloniais. Somos fruto de comunidades, de estados pré-coloniais, de reinos, etc., de formações políticas que antecedem o colonialismo. Esta questão, eu acho, deve ser posta também para entendermos que a relação entre as mulheres e a política nas nossas terras e na Guiné-Bissau de uma forma mais concreta, tem que ser lida numa perspectiva de história e de mudança. Eu penso que essa relação entre a mulher e o poder foi sempre muito complexa, porque nós passamos com as nossas independências, de uma condição de não

cidadãos, ou então de cidadãos de segunda classe, no caso dos assimilados, a uma condição de cidadãos de plenos direitos. Ora, neste interregno, nesta fase de transição nós tivemos lutas armadas, que duraram uma década e um pouco mais, houve de facto uma luta, uma revolução. Uma revolução que começou no sentido de uma luta para inverter a ordem estabelecida, a ordem colonial. E nesta luta as mulheres tiveram um papel extraordinariamente importante e que nem sempre foi registado historicamente da melhor forma. Não estou a dizer que não foi, estou a dizer que não foi registado da melhor forma. Eu penso que nos nossos trabalhos, procuramos trazer estes debates, estas reflexões. E eu acho que é extremamente importante, porque falar de poder, no caso da Guiné-Bissau, é começar por contar a história tal como ela foi, a partir dos seus protagonistas e das fontes primárias. E é por isso que eu considero a história uma disciplina extraordinária, porque nos permite resgatar essas narrativas que ainda estão subterrâneas e que não foram convenientemente narradas e nem tornadas públicas. As mulheres na Guiné, tal como em Angola e em Cabo Verde, enfim, em todos os nossos países, tiveram uma participação activa. Eu penso que muitas vezes se esquece o papel primordial que a mulher teve em termos da mobilização política. Os nomes delas não aparecem, não conhecemos as biografias, não conhecemos os feitos delas, à excepção de uma minoria, como a Titina Silá, e mesmo a biografia, por exemplo, da Silá ainda não está escrita. A única biografia entre essas mulheres, foi escrita por Odete Semedo, que escreveu sobre a Carmen Pereira. Eu já realizei esse trabalho, mas que permanece ainda a nível, digamos, parcial, – é sobre a Teodora Inácia Gomes. Ela é também uma das nossas antigas combatentes, extremamente interessante, sobretudo do ponto de vista da luta política, precisamente, essa relação entre a mulher e o poder. Nós temos este desafio de trazer reflexões sistematizadas e debates sérios e com bases históricas sobre as experiências políticas das mulheres na Guiné, em Angola, em Moçambique, mas claro, também em Cabo Verde e em Santo Tomé e Príncipe. Relativamente à Guiné-Bissau, nós tivemos uma luta de libertação extremamente interessante, rica do ponto de vista da experiência das mulheres, cujos avanços na época pós-independência acabamos por perder. Muitos dos ganhos perderam-se, ou então permaneceram lá, no contexto da

luta pela independência. A Ana Paula estava a focar sobre a questão da educação. Nós temos níveis extremamente baixos de escolarização, o que é interessante, seguindo precisamente o raciocínio de Ana Paula, espero estar certa, é que isso também não deve ser tomado como a única referência, porque muitas vezes os números estatísticos dão-nos uma indicação, mas não nos dão toda a dimensão da realidade, porque a formação, a educação formal, nem tudo nos diz. Há mulheres que muitas vezes na Guiné-Bissau não têm efectivamente uma educação formal, portanto não seguiram todas essas etapas que nós tivemos a sorte de seguir, mas que do ponto de vista político dão contribuições extremamente valiosas, seja na organização das suas comunidades, seja nos debates, nas próprias agendas das mulheres, dos direitos, das discriminações, do acesso à justiça. Há muitos aspectos e muitas dimensões onde as mulheres, ainda que não formadas do ponto de vista de educação formal, são politicamente poderosas. Estas relações entre a mulher e o poder precisa levar em conta estas complexidades, os contextos específicos, sobretudo essa mobilidade que a caracteriza. Temos mulheres hoje que transitam nesses dois contextos, o rural e o urbano, temos que ter isso em conta quando falamos da questão da relação entre a mulher e o poder.

O poder é político, o poder é económico, o poder é social, o poder é cultural e eu acredito que nós temos uma grande responsabilidade enquanto estudiosas, cada uma na sua área e devemos estar cientes que também temos esse poder cultural de contribuir para uma transformação social. Temos o desafio da educação, mas também temos o desafio do diálogo entre gerações de mulheres. Nós não debatemos suficientemente a questão mulher, entre nós mulheres, dentro do grupo social mulher quero dizer. Nós conhecemos por vezes muito pouco sobre as nossas terras, dos outros países que nos dizem respeito, porque a nossa história, nós, como Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, não existiríamos se não tivesse acontecido aquela luta maravilhosa que houve lá atrás e que permitiu as lideranças dos nossos países e os nossos povos, os nossos antepassados, lutarem e dar-nos essas independências.

A.P.T.

— Penso que nós, para conseguirmos ser nações, construir nações fortes, sólidas é bem haver mulheres que, não sendo mulheres com uma educação formal, têm um poder que lhes vem da experiência, da partilha, do seu papel nas comunidades, e eu sei que dentro da Guiné, e eu concordo contigo, que é uma pena que os nossos países, os países africanos onde se fala a língua portuguesa, entre outras línguas, não partilhem mais dessas experiências, porque eu acho que, por exemplo, tínhamos muito que aprender com essas mulheres que tu referiste, lições de sororidade. Portanto, todas aquelas comunidades que têm mulheres e que partilham saberes, que têm a ver com a saúde feminina, o crescimento, o parto, poderiam ser questões importantes partilhadas entre todos os países já houve um momento em que nos conhecíamos melhor, Angola conhecia melhor a Guiné, a Guiné conhecia melhor Angola, Angola conhecia melhor Moçambique, Moçambique conhecia melhor Angola. Já houve esses momentos. Não foi por acaso que os nossos mais antigos criaram a CONCP [Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas], que antecedeu a criação de movimentos em cada um dos locais e antecedeu a própria luta armada. Eles não estavam sozinhos, não é? Quando nós pensamos no Amílcar Cabral, no Viriato da Cruz, e nessas pessoas nós temos que pensar nas outras mulheres, que traduziam escritores importantes para o desenvolvimento do seu próprio pensamento, traduziam do inglês, por exemplo, para português. Estou-me a lembrar de Noémia de Sousa. Nós, muitas vezes, pensamos nela como a grande escritora e a grande poetisa, e eu também gosto muito dos poemas dela, mas esquecemos o trabalho de tradução sistemático que essa mulher fez a vida toda, foi ela que traduziu para a língua portuguesa Aimé Césaire, O discurso sobre o colonialismo que continua a ser tão importante hoje como era há 50 anos. E nós esquecemos o papel dessas mulheres, ou porque traduziam, ou porque datilografavam os textos que os homens produziam, esquecemos de uma Sara Maldoror e daquilo que ela fez para que o conhecimento de Mário Pinto de Andrade não se perdesse... Hoje podemos ter acesso às cartas, às reflexões, aos ensaios dele. Isto para citar uma ou duas, mas há muitas, muitas mais. Todo aquele silêncio que depois das nossas independências se fez sobre as mulheres... o tal homem novo que

vinha da luta... mas não havia nenhuma palavra para as mulheres nessa altura, e isso permitiu injustiças, silenciamentos, e permitiu que não se soubesse esse trabalho que muitas mulheres fizeram ao longo do processo de luta de libertação, e tu destes alguns exemplos que são fundamentais. A mobilização das comunidades foi feita por elas, a comida dos guerrilheiros era não só feita por elas, como antes disso era plantada por elas, colhida por elas, eram elas que iam aos regatos mais perto ou mais longe em busca da água, elas que passavam armas. Temos exemplos de heroínas que foram mortas exactamente porque estavam nesses trânsitos de passar armas e informação de uns lugares para os outros. Felizmente alguma coisa se vai descobrindo. Por exemplo, só há muito pouco tempo é que se começou a falar que nos famosos campos de concentração que existiam nos nossos territórios, e Angola tem vários, vários campos de concentração onde os nacionalistas foram encerrados, mas junto com eles foram encerradas mulheres. Houve filhos e filhas que nasceram nessa situação de cárcere. Só há muito pouco tempo, por exemplo, uma historiadora, uma nossa colega, descobriu que só no campo de concentração de Missombo tinham estado 300 mulheres ao longo dos anos em que durou a resistência. Portanto, não é possível termos uma ideia do que foi realmente a resistência ao colonialismo, nas suas diferentes componentes, nos seus diferentes aspectos, na luta armada, na resistência activa, nas prisões sem considerar que a mulher esteve sempre lá e que é ela que sustentava as redes que depois permitem a continuação da luta. Não há uma ideia de história completa, a história nunca ficará completa enquanto esses nomes e essas mulheres não fizerem parte, não estiverem alinhados, não é? Junto com todos os outros que nós já conhecemos. Não é possível, nesta altura, continuarmos a esquecer e continuarmos a perpetuar os silenciamentos que foram repetidos ao longo de muitos anos, às vezes por preguiça, preguiça de consultar a documentação, preguiça de voltar às fontes. Outras vezes porque a história que é contada é demasiadamente fácil, não é? Foi apropriada pelas diferentes instâncias do poder que não quer ceder a essa visão masculina e patriarcal da história. Eu acho muito importante que tenhas falado nisso, Patrícia, e que a tua intervenção tenha falado em aspectos sem os quais não podemos nunca perceber a nossa história.

Queria também dizer que essa grande maioria da população não tinha nenhuma consciência de que tinha direito, que era um ser humano, falaste nessa

categoria de assimilado, era preciso que a pessoa se propusesse a essa condição de assimilado, e provasse que sabia ler e escrever, que tinha comportamentos europeus, morava numa casa com determinadas regras, comia sentado à mesa, etc... conheço o trabalho que foi feito para Angola, comparando as candidaturas que começaram a ser feitas normalmente, mas as mulheres não faziam essas candidaturas. Nem sei se no caso delas fazerem uma candidatura seria considerado pela política colonial. Portanto, como dizem os nossos mestres, como disse Fanon, como disse Cabral, etc., realmente o colonialismo foi um sistema opressor, mas foi especialmente opressor para as mulheres. Penso que há relações muito complexas entre estas mulheres que tiveram treino militar, que estiveram nas principais batalhas, que organizaram escolas, que organizaram tudo isto, há diferenças entre quem realmente participava nas reuniões dos comitês centrais, ou comitês diretores, ou como se chamavam, portanto, há uma diferença entre realmente a prática e a tomada de decisões que continua a ser profundamente masculina. Felizmente temos, no caso da Angola, uma pessoa, Deolinda Rodrigues, que deixou a sua visão sobre o assunto. E nós não podemos deixar de sofrer ao ler como ela chama os companheiros de machistas, não sei se é bem este o nome que ela usa, mas ela deixa claro que eles não querem mesmo partilhar o poder com as mulheres!

Considero que o momento do início das diferentes lutas de libertação nos nossos diversos países, são momentos de ruptura, nasce uma consciência de si, o indivíduo começa a ter a consciência de que é também um indivíduo, e não apenas a ideia de que pertença a um grupo, uma massa imensa colonizada. O indivíduo adquire uma consciência de ser, de pertença identitária.

Há uma diferença entre esse momento de assunção, em que a prioridade era a conquista da independência nacional, e os momentos seguintes em que a mulher vai adquirindo uma consciência feminina dos seus direitos enquanto mulher. O sistema continua a ser patriarcal e violento. E a mulher tem mais dificuldade em lutar por uma via directa de acesso ao poder. Há uma grelha complexa de conquistas que ela tem que fazer, mas há a questão da educação, da formação, da educação dos filhos, de assegurar o futuro dos filhos. Há uma série de obrigações que a mulher tem e que nós não vemos, e que a afastam do poder.

Nos contextos rurais há muitas coisas que afastam as mulheres do exercício do poder, quer seja o poder judicial, quer seja o poder político, quer seja o poder económico. Muitas vezes quem trabalha a terra, quem semeia, quem colhe são as mulheres. Mas depois existem redes de redistribuição, redes de, digamos assim, reunião do dinheiro que elas fazem, que já saem das mãos delas e do controle dessas mesmas mulheres.

P.G.G.

— O falhanço tem a ver com o facto de que as mulheres, embora estejam presentes, não decidem, a nível político. E isto tem que ver, quanto a mim, com o que nós aqui conversamos até agora, e com duas dimensões extremamente importantes. A primeira é a dimensão educativa. As mulheres são socializadas com a compreensão de que elas podem, devem, podem ficar em casa, enquanto que os rapazes podem estudar e obter diplomas a nível escolar. É uma questão que está entranhada nas nossas sociedades e na Guiné-Bissau isso é muito evidente, até hoje. Isto tem um impacto real a nível das desigualdades de género de que tanto se fala e é verdade porque as meninas muitas vezes são obrigadas pelas famílias, pelas comunidades a seguir um determinado tipo de percurso que as leva a abandonar progressivamente os estudos. Isto está evidente na nossa experiência na Guiné-Bissau, portanto, é real, os dados estatísticos do Instituto Nacional de Estatística falam. Existe a questão educativa, que também é cultural, porque está entranhado, acaba por fazer parte de um modo de estar, de uma cultura, e que também acaba por se transformar num tipo de cultura política. Por outro lado, associado a isto, está a própria participação directa das mulheres nas instituições políticas. Rapidamente, se nós virmos na Guiné-Bissau, a presença de mulheres a nível alto e nos lugares cimeiros da política, é muito baixa. E nos partidos políticos é igual, há muitas poucas mulheres nos lugares onde se tomam as decisões. Ainda que existam muitas mulheres, provavelmente, nas bases desses partidos. O trabalho que eu fiz com a Teodora fala também sobre isso. Ela refere isso. E ela disse uma coisa, na altura, muito

interessante. Ela disse "isso também é responsabilidade de nós as mulheres, porque enquanto os homens estão ali à procura de apoios e de participar, as mulheres estão nos fogões a cozinhar. Poucas mulheres tem conhecimento dos seus direitos em termos de leis e, portanto, deviam ser ajudadas a defender esses direitos". A importância do esforço que é feito em termos políticos por mulheres que pertencem a associações, que pertencem a organizações, de carácter diferente, que fazem um trabalho extraordinário nesse sentido. E eu acho que são essas mulheres, a partir destas organizações, que a pressão virá, efectivamente, e abalará as instituições do poder. São elas que serão capazes de abalar os alicerces do poder instituído. Então, nesse caso, eu penso que a participação efectiva das mulheres, a nível das decisões, vai depender claramente da relação que elas têm com o poder, da capacidade que elas terão de consciencializar outras mulheres para seguir o mesmo caminho e da capacidade que terão em se constituírem enquanto um grupo social forte, capaz de enfrentar aquilo que é um paradigma, ou seja, o domínio dos homens sobre toda a sociedade. E inverter esta relação, portanto, este paradigma, significa empreender, um caminho que não é simples. Contar uma história nova não é simples. E é o que Ana Paula dizia: é muito mais fácil rever algumas coisas da história que já foi contada ou aceitar alguns outros aspectos dessa história do que destruir e reconstruir uma história do nada. Implica trazer novos conceitos, trazer novas formulações, novas compreensões. Eu acredito que o trabalho interdisciplinar aqui é extremamente importante e poderá ser muito valioso. Ou seja, nós somos historiadoras, mas precisamos de uma maneira essencial das colegas que trabalham com as literaturas, das colegas que trabalham com a sociologia, das colegas que estão no âmbito da antropologia, das colegas das economias e por aí vai, das geógrafas, etc. Mas eu tenho trabalhado muito com a literatura a partir das mulheres africanas. E tenho descoberto muita coisa interessante. Esta relação também entre a história e a literatura é extremamente interessante, porque eu aprendo a entender o poder das mulheres de uma forma descomplexada, de uma forma que me permite imaginar a liberdade. Ou seja, a imaginação que a literatura me proporciona, permite-me pensar formas de relacionar até com outras mulheres, mas também até de repensar os conceitos e as noções das coisas, repensar o espaço e muito mais. Portanto, eu acho que

este trabalho interdisciplinar pode nos ajudar bastante. E eu acredito numa coisa, eu acho que nós precisamos, Ana Paula, de ter cada vez mais exemplos positivos. É bom reconhecermos os problemas, com certeza. E reconhecermos que há mulheres que são vítimas, mas a narrativa que vitimiza excessivamente as mulheres não é boa. Ou seja, eu penso que temos muito mais a ganhar não reconhecendo apenas as fragilidades e os problemas, mas abraçando os bons exemplos como referência para irmos mais além. Portanto, o nosso futuro não pode ser construído com base nas nossas desgraças. Nós temos que reconhecer o que tivemos e o que temos de desgraça. Claro que se não reconhecemos não podemos pensar em mudar. Mas precisamos resgatar exemplos positivos e interessantes que nos permitam sonhar e construir o futuro. Porque sem isso, torna-se difícil. E eu penso em Amílcar Cabral, porque ele tem sido um intelectual que muito me tem inspirado também neste meu trabalho. Juntamente com todas as mulheres com quem eu tenho trabalhado, as minhas interlocutoras.

Nós temos que nos permitir sonhar o nosso futuro. E sonhar só é possível tendo uma visão da nossa realidade. E é daí que é importante nós conhecermos aquilo que é a nossa terra, ou seja, a nossa realidade, as nossas culturas, as nossas línguas e por aí vai. Mas por outro lado, precisamos resgatar os elementos positivos dessa nossa cultura, trabalhar a partir desses elementos, temos que ousar conhecendo, estudando, compreendendo. Não podemos ousar sendo ligeiras. Estou plenamente convencida e isto só é possível com muito esforço, muito estudo e tanta humildade.

A.P.T.

— Eu estou muito de acordo contigo, Patrícia, e acho que falaste aí numa série de questões que trazem para a actualidade aquilo que nós já analisámos em relação ao passado, quer ao passado mais longínquo, quer ao passado recente. Também eu acredito na sociedade civil e nas mulheres dentro da sociedade civil através das suas associações, como por exemplo em Angola o Ondjango Feminista, que é uma associação de mulheres jovens que trabalha para saber quais são as

principais fragilidades, quais são os principais problemas da mulher. Portanto, a multiplicação desse tipo de associações parece-me um dado fundamental e sobretudo aquilo que eu aposto nas mulheres que educam. Se nós conseguirmos educar gerações, os nossos filhos, para não serem machistas, se nós conseguirmos passar a ideia de que a criança tem que ser atenta ao outro, tem que ser atenta à diferença, tem que ser atenta à mulher. Se nós conseguirmos passar essa ideia, isso sim será a descoberta de um poder que não tem limites. Acho que a Chimamanda [Ngozi Adichie] já disse isso e até escreveu um livrinho como educar uma criança feminista. Chimamanda à parte temos que pensar na Guiné e em Angola – porque muitas vezes nós estamos, e é pena, muito mais atentas aos fenómenos que se passam nas sociedades ditas ocidentais do que a ver os nossos próprios problemas e, sobretudo, a procurar conhecer o que é que no continente africano se passa em relação a todos esses problemas. Falta-nos isso. Outra vez, quando tu dizes fincar os pés no chão, os pés na terra, eu acho que sim, fincar os pés na nossa terra e também a nossa terra dentro do continente africano ao qual ela pertence. E muitas vezes também é verdade que as redes sociais, a comunicação social não ajuda. Acho que temos que ter muita consciência de que não é mais o tempo de ficarmos caladas, não é mais o tempo do silêncio. Há que romper esse mesmo silêncio, assumir uma voz e que só isso, e pertencer a organizações formais e não formais, que nos permitam realmente sonhar com o futuro.

P.G.G.

— Eu também tive uma experiência muito importante em Itália, que moldou a minha formação. E eu gostaria de dizer que uma das questões que faz parte deste debate sobre as relações entre a mulher e o poder é a questão da diáspora africana. Passei vários anos em Itália, na Sardenha, que é uma terra onde tem muitos migrantes e muitos, infelizmente, ilegais, ditos clandestinos. Eu tive uma experiência interessante precisamente a nível desta realidade africana, e não só e penso que nós, africanos, aqui no continente, precisamos começar a dar atenção à diáspora, alguns países já o fazem, por exemplo, o Senegal. Mas nós, dos nossos

países, eu entendo a Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé, também precisamos fazer isso, sobretudo no caso da Guiné-Bissau, que é a realidade que melhor conheço. Eu penso que a diáspora tem um papel importante, isto é já reconhecido, mas eu acredito que precisamos encontrar vias melhores para uma melhor comunicação, diálogo e participação política da diáspora nos nossos países, porque senão corremos o risco de perder muitas experiências interessantes e também de levar o nosso continente além fronteiras, em termos intelectuais. Eu não estou só a falar da diáspora, sempre que se pensa na diáspora, pensa-se na imigração por questões económicas, etc. Mas não, a diáspora em Itália, eu vi isso, colegas lá no norte, em Verona e outras regiões, com formações, identificar, ir buscar essas experiências e trazer, porque a unidade africana, a unidade dos nossos países precisa ser inclusiva, unidade tem que ser isso, nós não podemos pensar o país se não formos inclusivos. Então, eu gostaria de dizer que a experiência em Itália me ensinou muita coisa nesse sentido, a ponderar e a respeitar essa categoria tão importante que é a diáspora.

Saber e circunstâncias

Porque não existem mais mulheres em cargos de liderança? Um contributo do POWER

MARIA JOÃO GUEDES
PROFESSORA DO ISEG

“Se em termos numéricos as empresas cumprem (e até ultrapassam) os limiares mínimos, uma análise mais detalhada revela que as mulheres continuam afastadas dos cargos de poder”

Introdução

O debate em torno da (des)igualdade no acesso das mulheres a cargos de liderança e de poder tem estado ativo nas últimas décadas. Este debate tem sido impulsionado pela ideia de que os desequilíbrios estão a diminuir e que estamos próximos de alcançar o equilíbrio numérico na representação entre homens e mulheres no topo das empesas, em especial na sequência de Leis que impõem limiares mínimos para o sexo sub-representado ou na mudança de paradigma de propósito das empresas, cada vez mais atentas a questões de igualdade, responsabilidade sustentabilidade. Mas estaremos mesmo a avançar a passos firmes para um equilíbrio substantivo?

Os números são claros: as mulheres continuam sub-representadas e sub-remuneradas em vários níveis da hierarquia, mas em especial no topo das empresas e enfrentam obstáculos à progressão na carreira. Em Portugal, as mulheres constituem cerca de 42% da força de trabalho mas apenas 29% ocupam cargos de direção executiva. As diferenças entre setores também são relevantes, oscilando entre os 18% no setor da Energia e Ambiente, Construção e Tecnologias da Informação ao máximo de 43% nos Serviços gerais. Mais curioso, é que à medida que a dimensão das empresas aumenta, a presença de mulheres no topo diminui. Nas grandes empresas apenas 13% dos cargos de gestão são ocupados por mulheres (Informa D&B, 2024).

No que concerne à desigualdade salarial, as mulheres em Portugal recebem em média menos 18.4% que os homens sendo a discrepância ainda maior, de cerva de 23.8%, a nível dos quadros superiores (Casaca et al., 2024), deixando bem patente que a questão de género tem de ser também aqui considerada.

No entanto, a análise dos números nos últimos anos mostra que têm sido registados progressos positivos em termos numéricos, muito impulsionado pela Lei Nº 62/2017, de 1 de agosto, que veio estabelecer o regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial (setor empresarial do Estado e setor empresarial local) e das empresas cotadas em Bolsa (Euronext Lisbon) em Portugal. Adicionalmente, o novo paradigma e propósito das empresas têm evoluído, com a emergência de uma nova perspetiva social e eco-

nómica das empresas, muito para além da mera obtenção de lucro para os detentores do capital mas agora voltada para a criação de valor para todas as partes interessadas. Nesta nova dinâmica, emergiu o desafio da transparência e relato das suas preocupações além do lucro. Em particular, é expectável que atuam de um modo responsável e sustentável e adotem uma agenda diversa em consonância com as preocupações ambientais, sociais e de governação (ESG). A análise da diversidade no topo das empresas faz parte da agenda do pilar "G" e as empresas têm encetado esforços para aumentar a representação numérica de mulheres nos cargos de topo (Guedes, 2023). E este esforço parece estar a ser bem sucedido, numericamente. Por exemplo, no que concerne à média de mulheres em cargos de topo, nas empresas cotadas, este valor atinge 34.7% em 2024 (EIGE, 2024), valor superior aos 33.3% da Lei. Mas se em termos numéricos as empresas cumprem (e até ultrapassam) os limiares mínimos, uma análise mais detalhada revela que as mulheres continuam afastadas dos cargos de poder. Assim, apenas 17.4% das mulheres ocupam lugares executivos, havendo apenas uma mulher a ocupar o cargo de *Chief Executive Officer* (CEO). Fica assim patente, que as mulheres estão a ser nomeadas para cargos não executivos, sobretudo nos conselhos fiscais, cifrando-se nos 44.2%.

(Um) Contributo do POWER - POrtuguese Women's Equality ObseRvatory

Os números apresentados demonstram que estamos mais perto de um **equilíbrio numérico no topo, mas porque não existe um verdadeiro equilíbrio de género no Poder**? O que estará a travar a progressão das mulheres até ao topo das empresas e a afastá-las dos lugares de poder?

Esta questão deu o mote à criação do POWER - **PO**rtuguese **W**omen's **E**quality Obse**R**vatory. Este projeto, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (Refª 2022.08793.PTDC), e acolhido institucionalmente pelo Advance- CSG/ISEG- Universidade de Lisboa, tem como principal objetivo avaliar o pulso da igualdade de género no contexto Português, através de uma abordagem cientificamente validada e centrada nas

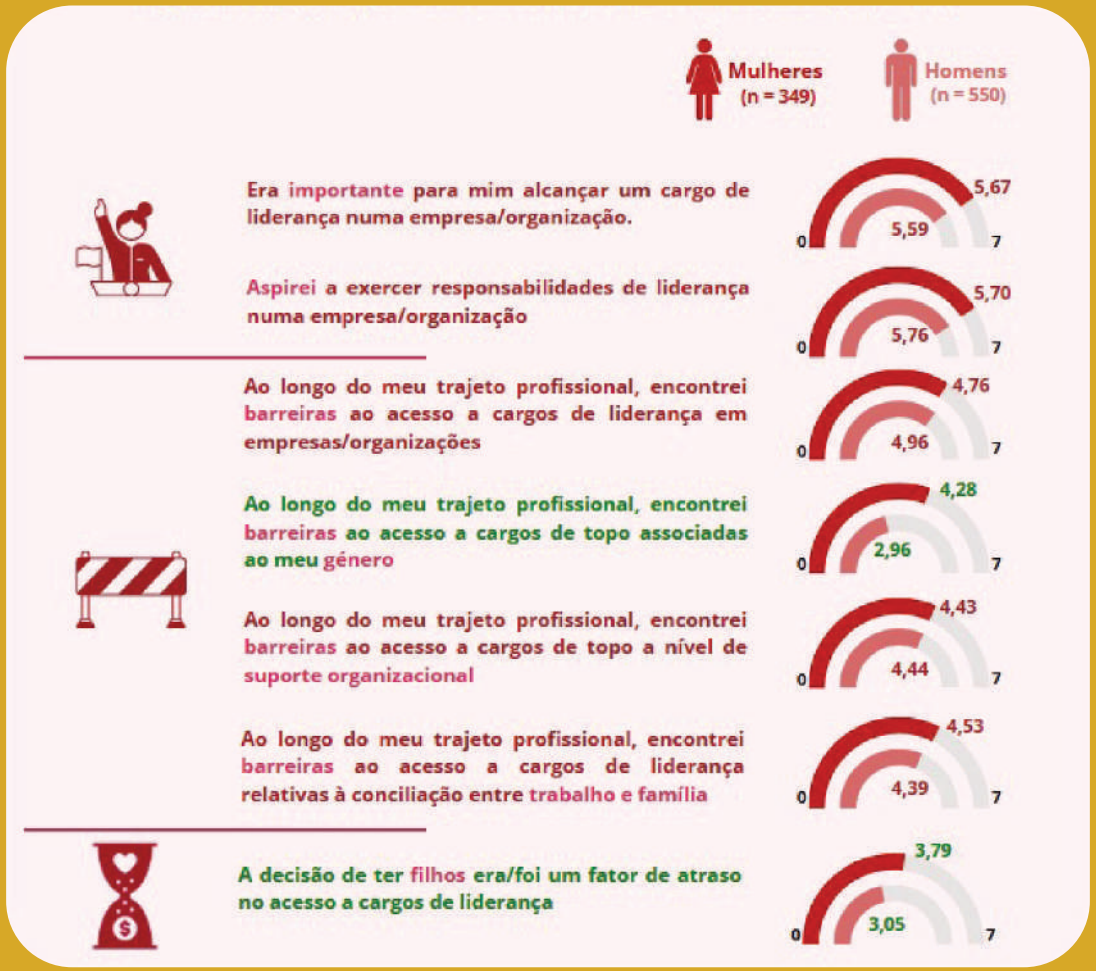
aspirações e preocupações femininas em vários níveis hierárquicos. Neste sentido, propormo-nos a identificar onde o "degrau quebra" e impede as mulheres de progredirem até ao topo das empresas.

Muitas razões têm sido apontadas para justificar a sub-representação de mulheres nos níveis mais altos da hierarquia organizacional. Entre as explicações mais recorrentes estão afirmações como: "*é por causa de terem filhos*", "*porque não têm experiência*", "*não têm condições*", "*não têm o que é preciso*" ou até mesmo "*é porque não querem*". Estas razões, sejam elas baseadas em argumentos racionais ou preconceitos, têm sido usadas para explicar esta desigualdade que persiste, mesmo quando as mulheres possuem níveis de educação e qualificações equivalentes às de seus pares masculinos.

O projeto POWER tem-se dedicado a investigar e esclarecer se estas (e outras) justificativas realmente explicam a sub-representação das mulheres em cargos de liderança. Assim, num dos nossos estudos fomos averiguar precisamente se as mulheres "*não querem chegar ao topo*", "*é por causa de terem filhos*" e "*não têm condições*" para tal. Ou seja, fomos explorar as expectativas, aspirações e barreiras de carreira sentidas por mulheres e homens ao longo das suas trajetórias profissionais, avaliando se essas experiências diferem de acordo com o género.

O estudo contou com a participação de 1 557 pessoas, 819 do sexo feminino e 738 do sexo masculino. A idade média das pessoas é de 47,15 anos, variando entre os 22 e 85 anos de idade. Cerca de 73% são casadas ou em união de facto, 18% solteiras e as restantes pessoas participantes são divorciadas ou viúvas. Cerca de 78%, têm filhos ou filhas, sendo que mais de 52% têm 2 descendentes.

Em termos de grau de escolaridade concluído, 40% têm licenciatura, 23% têm mestrado, 5% um Doutoramento, 19% concluíram até ao secundário e as restantes pessoas possuem uma pós-graduação. São profissionais experientes, com cerca de 38% possuindo entre 21 e 30 anos de experiência profissional, e apenas 12% têm até 10 anos de experiência. Em termos de posição hierárquica, cerca de 58% ocupam a posição de topo enquanto 16% não têm nenhum cargo de gestão. Dentro das pessoas participantes, cerca de 69% têm responsabilidades de recursos humanos. Finalmente, em apenas 28% das empresas onde as pessoas participantes trabalham, a liderança está a cargo de uma mulher, valor que está em consonância com os valores médios de presença feminina em cargos de gestão.



EXPETATIVAS, ASPIRAÇÕES E BARREIRAS NA CARREIRA – GESTORAS E GESTORES DE TOPO (N=899)

“O projeto POWER tem-se dedicado a investigar e esclarecer se estas (e outras) justificativas realmente explicam a sub-representação das mulheres em cargos de liderança”

Para investigar se as expectativas, aspirações e barreiras de carreira diferem entre mulheres e homens, formulámos 7 questões a serem respondidas numa escala de Likert, onde 1 representa "discordo totalmente" e 7 "concordo totalmente". As respostas foram organizadas em dois grupos: o primeiro composto por pessoas que já alcançaram o topo, refletindo a sua perceção sobre a ascensão; e o segundo por pessoas que ainda não chegaram ao topo, captando a sua perceção sobre a progressão até atingir esse objetivo.

A figura 1 apresenta os resultados das expectativas, aspirações e barreiras de carreira para as pessoas em posições de topo (n = 899). De acordo com os resultados obtidos, as pessoas respondentes que alcançaram o topo da hierarquia, consideravam que era importante alcançarem esse cargo de liderança, e aspiravam a exercer responsabilidades de liderança numa empresa. Nestas questões não se verificam diferenças estatisticamente significativas por sexo. Neste sentido, não há evidência que as mulheres *"não querem chegar ao topo"* e os nossos resultados indicam que as aspirações e expetativas são semelhantes entre os sexos.

Em seguida, fomos averiguar as barreiras encontradas no trajeto profissional. As pessoas participantes sentem que encontraram moderadas barreiras ao acesso a cargos de liderança e de topo, bem como alguma falta de suporte organizacional. Contudo, este sentimento é partilhado por homens e mulheres de modo similar, não havendo diferenças estatisticamente significativas entre as pessoas respondentes.

Contudo, de um modo muito expressivo, as mulheres relatam terem enfrentado mais barreiras no acesso a cargos de topo associadas ao seu género. Assim, ser mulher, por si só, constitui uma barreira significativa para alcançar posições de liderança nas empresas, uma realidade que não é experienciada pelos homens.

Em relação à dificuldade de conciliação entre trabalho e família ("*não têm condições*"), os resultados revelaram que as pessoas respondentes partilham as mesmas perceções em relação às barreiras encontradas com a conciliação entre estas duas esferas. Ou seja, quer os homens, quer as mulheres sentiram este impacto de modo semelhante e não difere por causa do género.

Por fim, a maternidade ("*é por causa de terem filhos*"), frequentemente citada como um dos principais obstáculos à progressão na carreira, foi confirmada pelo estudo como uma barreira significativa. Quando questionadas e questionados se a decisão de ter filhos

foi ou é um fator de atraso no acesso a cargos de liderança, os resultados mostraram uma diferença estatisticamente significativa: as mulheres sentem que foi um fator de atraso na sua ascensão ao topo mas os homens não. A maternidade é, e continua a ser, um desafio à progressão na carreira das mulheres.

Na figura 2 apresentamos os resultados relacionados com as expectativas, aspirações e barreiras de carreira repontados por profissionais em posições de gestão intermédia, de primeira linha e por profissionais sem cargos de gestão (n = 658). Os resultados confirmam a mesma tendência observada anteriormente. Também nestes níveis hierárquicos, as mulheres relatam sentir mais barreiras associadas ao género, além de identificarem a decisão de ter filhos como um fator significativo que dificulta ou atrasa a progressão na carreira.

Figura 2. Expetativas, aspirações e barreiras na carreira – Gestoras e Gestores intermédios, de primeira linha e sem cargo de gestão (n=658)

Conclusão

Considerados em conjunto, os nossos resultados evidenciam que as mulheres ainda percebem o facto de serem mulheres como uma barreira significativa à evolução das suas trajetórias profissionais. O maior desafio, historicamente e no presente, continua a ser a maternidade e as responsabilidades e compromissos que dela decorrem. A sociedade ainda associa a mulher à figura de cuidadora do lar e da família, e esse desafio de conciliar as diferentes esferas da vida é frequentemente interpretado como uma falta de disponibilidade para assumir cargos de liderança, que exigem um elevado grau de compromisso de tempo e disponibilidade mental.

Além das barreiras impostas pela sociedade, as próprias mulheres podem internalizar obstáculos, subestimando os impactos que a conciliação entre vida pessoal e profissional pode ter na sua saúde física e mental. Por exemplo, as mulheres são mais suscetíveis a episódios de burnout e, muitas vezes, responsabilizam-se pelas dificuldades encontradas, exigindo excessivamente de si mesmas e assumindo a responsabilidade de superar sozinhas as desigualdades estruturais existentes. Esse duplo peso – externo e interno – reforça a necessidade de mudanças culturais e organizacionais que promovam um ambiente mais equitativo e sustentável para a progressão das mulheres na carreira.

O compromisso do POWER é e será de continuar a identificar onde existem (e persistem) as desigualdades estruturais nos processos de progressão profissional. Sob a forma de Observatório destas desigualdades de género, alicerçado numa abordagem cientificamente validada e baseada em evidência, informamos as partes interessadas e, principalmente, as mulheres, sobre o estado da (des)igualdade em Portugal, sendo um alicerce necessário para melhorar a consciência social e institucional em torno desta questão crítica para Portugal.

Referências

Casaca, S. F., Cruz, J., Almeida, M.L. (2024). Barómetro do Diferencial Remuneratório entre Homens e Mulheres (Gender Pay Gap). Observatório Género, Trabalho e Poder, ISEG, Universidade de Lisboa.

EIGE – European Institute for Gender Equality (2024), "Largest listed companies: presidents, board members and employee representatives (2024-B2)", available at: https://eige.europa.eu/genderstatistics/ (acedido a 19 de Janeiro de 2024).

Guedes, M.J. (2023) ESG: a diversidade de género das empresas em Portugal. In Pinto, J.C (Coord.) A Emergência e o Futuro do Corporate Governance. Vol. III. Instituto Português de Corporate Governance. Almedina.

Informa, D. B. (2024). Presença feminina nas empresas em Portugal

Agradecimento

A equipa POWER é composta por Maria João Guedes (coordenadora), Ricardo Rodrigues (co-coordenador) e pelos membros Pankaj Patel e Dinis Macedo.

Gostaríamos de expressar o nosso sincero agradecimento ao Luís Gouveia pelo inestimável apoio na investigação, assim como à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) pelo financiamento (2022.08793.PTDC) e ao Advance- CSG/ ISEG- Universidade de Lisboa.

Uma canção de arroz e fogo: Canções de protesto pós-eleitorais na Zambézia, Moçambique

CARMELIZA ROSÁRIO
INVESTIGADORA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E CULTURA E UNIVERSIDADE DE BERGEN

“As canções de protesto não são um fenómeno novo em Moçambique. Muitos estudos têm explorado o seu uso ao longo da história do país. (...) Há menos estudos sobre canções de protesto de mulheres (ou lideradas por mulheres). A participação das mulheres nos protestos é geralmente incorporada no coletivo ou completamente ignorada”

Uma canção

Namacurra onoloba nikayedho
Namacurra pede ajuda
Frelimo onoguliya mathaka na
A Frelimo está a vender as nossas terras aos chineses
Nafuna minivedele manera
Queremos encontrar uma forma de os deixar
Araujo nós Araujo nós Araujo nós
Araújo, Araújo, Araújo
Araujo kafiya onivune okuno onamacurra
Araújo, vem aqui para Namacurra
Frelimo onoguliya mathaka na atxina
A Frelimo está a vender as nossas terras aos chineses
Ninfuna munivedele manera adhouwe
Queremos encontrar uma forma de os deixar

Um protesto

A canção acima foi publicada no TikTok pelo perfil @imbyaugusto em novembro de 2024. Nela, mulheres sentadas num comício cantam em protesto contra a desapropriação das suas terras. Elas apontam a Frelimo e os chineses como os culpados. Como seu salvador, invocam (Manuel) Araújo, o atual presidente do município de Quelimane, capital da Zambézia, e candidato da oposição ao governo da província.

Araújo tem liderado os protestos em Quelimane após as eleições de 9 de outubro. Desde então, o país tem vivido uma agitação a nível nacional e uma violência significativa. A comissão eleitoral declarou vencedores Daniel Chapo, da Frelimo, e o partido no

poder, a Frelimo. O candidato da oposição Venâncio Mondlane contestou estes resultados, alegando fraude eleitoral e afirmando a sua vitória (O País 2024) . As forças de segurança responderam com força aos protestos, causando numerosas vítimas.

Os protestos na Zambézia tinham sido elogiados como os menos violentos, apesar de alguns dos incidentes mais violentos terem ocorrido aí. Por exemplo, após uma tentativa da polícia de dispersar os manifestantes com gás lacrimogéneo num comício liderado por Araújo em novembro de 2024 (STV 2024) , as pessoas reagiram violentamente. Um membro sénior da Frelimo e um antigo membro da comissão eleitoral do distrito foi morto do outro lado da baía de Quelimane, em Inhassunge, no rescaldo violento (DW 2024b).

Os protestos estenderam-se a toda a província, tendo sido registados bloqueios de estradas em Milange, na fronteira com o Malawi, e em Alto Molocue, que faz fronteira com a província de Nampula. Os incidentes foram mais violentos em Morrumbala, um distrito também vizinho do Malawi e da província de Tete. A sede da Frelimo e o secretariado eleitoral distrital foram incendiados, a cadeia do distrito foi atacada e os prisioneiros libertados, o tribunal foi vandalizado e o mercado local foi saqueado (DW 2024a) .

Mais recentemente, registaram-se confrontos mortais entre as forças de segurança e os Naparamas. O fenómeno Naparama remonta à guerra pós-independência. Tratava-se de uma milícia de base comunitária que tinha por objetivo proteger os civis da violência perpetrada contra eles. Foi fundada na província de Nampula, mas rapidamente se estendeu à vizinha Zambézia. O fundador do movimento, um curandeiro tradicional, afirmava possuir uma "vacina" espiritual que tornava os seus seguidores invulneráveis às balas. Este facto facilitou o rápido recrutamento e mobilização (Jentzsch 2018) . A violência já levou pessoas a procurar refúgio no vizinho Malawi (Catueira 2024; DW 2025).

Canções de fogo

As canções de protesto não são um fenómeno novo em Moçambique. Muitos estudos têm explorado o seu uso ao longo da história do país. Eles exploram a tradição oral, a memória (Vail e White 1983; 1978; Israel 2010), a construção da nação e a formação da consciência (Meneses 2019) . Estudos mais recentes abordam o aumento da insatisfação

com o Estado pós-colonial (Manhiça et al. 2020; Rantala 2024; Guissemo 2018; Rantala 2016; 2014) . Há menos estudos sobre canções de protesto de mulheres (ou lideradas por mulheres). A participação das mulheres nos protestos é geralmente incorporada no coletivo ou completamente ignorada. Um estudo que analisou canções políticas durante um período de 20 anos - de 1998 a 2028 - apontou precisamente para a sub-representação das mulheres nas canções políticas (Taela et al. 2021) . Os poucos estudos que se debruçam sobre as expressões de identidade cultural e política com base no género, incluindo temas de protesto e comentário social, são estudos relacionados com espectáculos de dança, em particular a dança do tufo, predominante nas províncias do litoral norte e ligada às comunidades islâmicas (ver, por exemplo, Hebden 2020; Arnfred 2004) .

As redes sociais tornaram mais visível a participação das mulheres nos protestos. No seu artigo sobre as dimensões de género dos protestos pós-eleitorais, Kátia Taela cita duas artistas femininas que produziram música de intervenção sobre a situação atual, Ivete Mafundza e Lizha James. Taela também adverte contra a ideia de que os actuais protestos são liderados por jovens. Ela menciona as diferentes formas de participação das mulheres

"marchando (incluindo a tentativa de chegar ao Palácio da Ponta Vermelha, a residência oficial do presidente em Maputo) e participando em marchas nocturnas, protestando em frente ao Supremo Tribunal com as caras tapadas, ocupando as ruas cantando canções de protesto e o hino nacional, dançando, rezando, cozinhando, batendo panelas à noite e partilhando, em tom de brincadeira, fotografias dos seus heróis de cozinha danificados" (Taela 2025) .

Embora tenha surpreendido muita gente pela sua extensão e duração, esta revolta popular já vinha de há muito. O declínio do nível de vida e das liberdades, a corrupção desenfreada e a desapropriação têm sido temas de canções de protesto de muitos géneros desde há muito tempo. Tal como outros jovens do continente, os jovens de Moçambique estão à beira do abismo. São os mais visíveis porque são a maioria da população, mas não são certamente o único grupo afetado. Tal como esta não é uma revolta exclusivamente juvenil, também não é um fenómeno exclusivamente urbano.

Os eventos mais mediatizados estão a acontecer na área da grande Maputo. Entretanto, a informação sobre o resto do país está disponível apenas esporadicamente, sobretudo devido à repressão exercida sobre os jornalistas e os meios de comunicação social, bem como às ligações à Internet que se encontram instáveis. Grande parte do braço de ferro

PROPAGANDA DA FRELIMO, ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2024

“Um mar de homens e mulheres seguiu um camião de música pelas ruas de Quelimane. À medida que a música tocava, respondiam ao refrão (...). Protestaram até que o Tribunal Constitucional reconhecesse a vitória da Renamo naquela cidade”

também tem acontecido nas redes sociais. O candidato Venâncio, oficialmente derrotado, continua a ser alvo de protestos ao longo da vida. Há campanhas maciças de desinformação tanto no campo pró quanto no anti-protesto.

Uma fonte chamada redes sociais

No entanto, as redes sociais são também uma fonte de informação rica. Grande parte da forma como os protestos na Zambézia se têm desenrolado é conhecida quase exclusivamente através das redes sociais. A música e a dança ocupam um lugar de destaque. Por exemplo, já nas eleições municipais de 2023, um Dj da Zambézia ganhou fama com um êxito chamado Trufafa Trufafa. Na canção, ele pergunta:

Mas quem ganhou?
Mas quem ganhou?
(Resposta) É Renamo
(Resposta do povo) É a Renamo
O povo votou em quem?
Em quem é que as pessoas votaram?
(Resposta) É Renamo
(Resposta do povo) É a Renamo
Mas quem ganhou?
Mas quem ganhou?
(Resposta) É Renamo
(Resposta do povo) É a Renamo
Quem vai mandar?
Quem é que vai governar?
(Resposta) É Renamo
(Resposta do povo) É a Renamo

Um mar de homens e mulheres seguiu um camião de música pelas ruas de Quelimane. À medida que a música tocava, respondiam ao refrão (Biinato Júnior 2023) . Protestaram até que o Tribunal Constitucional reconhecesse a vitória da Renamo naquela cidade. O Comité Eleitoral tinha inicialmente dado a vitória à Frelimo.

Através das redes sociais, soubemos que um camião com toros de madeira foi obrigado a deixar a sua mercadoria em Namacurra. O mesmo sítio onde as mulheres protestam contra a perda das suas terras. As pessoas que obrigam o camião a deixar a mercadoria explicam que a razão é que as crianças ainda estudam sentadas no chão porque as escolas não têm bancos, enquanto o país exporta toneladas de troncos. Tal como na canção da mulher, a população estava indignada com um Estado que favorece os estrangeiros em detrimento dos seus cidadãos, nos casos mais e menos mediatizados.

As mulheres e o arroz

Tenho acompanhado a participação política das mulheres nas redes sociais desde que a Frelimo escolheu Daniel Chapo como seu candidato em maio de 2024. Imediatamente após a sua nomeação, uma mensagem circulou nas redes sociais, proveniente da líder da secção da OMM (Organização da Mulher Moçambicana) do bairro mais chique da cidade de Maputo, convocando as pessoas para uma reunião de apresentação do candidato aos amigos e simpatizantes.

Simultaneamente, Chapo iniciou uma digressão pelo país. Um vídeo da sua chegada ao aeroporto da Beira mostra mulheres a cumprimentá-lo, cada uma depositando uma capulana (pano tradicional) no seu ombro. Assemelhava-se a uma cerimónia de unção real. Nos reinos e nas cidades ao longo do rio Zambeze, as mulheres eram fundamentais para legitimar o reinado do novo governante (Newitt 1995; Linden 1972; Rosario 2021) . Em todas as paragens, as imagens da pré-campanha e, posteriormente, do percurso da campanha mostraram a presença de mulheres, muitas delas a dançar e a cantar.

A genealogia da OMM é geralmente traçada através das suas ligações ao "destacamento feminino" na guerra de libertação e, após a independência, ao partido no poder. Esta é uma narrativa semelhante à de muitas ligas de mulheres em África. Inclui também

o reconhecimento de que estes movimentos foram também precursores dos movimentos feministas. Estas narrativas apresentam a participação das mulheres nos movimentos de independência como uma quebra das normas e práticas habituais e como pioneira no empoderamento das mulheres. Ao mesmo tempo, consideram que a participação das mulheres em comícios de campanha, os seus cânticos e danças foram cooptados e instrumentalizados. De facto, as mulheres demonstram uma grande capacidade de influência no conteúdo das suas canções, que podem ser elogiosas, mas que são frequentemente bastante mordazes em relação aos líderes que recrutam a sua presença.

O papel das mulheres como activistas está documentado desde o tempo do Destacamento Feminino. Parte da sua tarefa consistia em informar e educar a população camponesa sobre os esforços de independência e mobilizá-la para se juntar à causa (Arnfred 1988) . Não está documentado como as mulheres já estavam a fazer trabalho de mobilização antes da independência.

As nyakoda são uma categoria de mulheres organizadoras do trabalho que se desenvolveu durante muito tempo em diferentes estruturas sociais e políticas ao longo do Zambeze. Organizavam o trabalho feminino nas minas de kalonga dos Maravi. Organizaram o trabalho escravo feminino nos prazos portugueses do Zambeze. Também organizaram o trabalho feminino forçado nas empresas arrendatárias do colonialismo português tardio. Um tempo a que os meus interlocutores chamavam "o tempo do arroz" (Rosário 2021) . O papel destas mulheres era também o de mobilizar e motivar as trabalhadoras a produzir para o regime do dia.

Embora esta função pareça estar relacionada com o trabalho, este trabalho servia a instituição social, económica e política da época, qualquer que fosse a sua forma de organização (feudal ou capitalista). No regime atual, o eleitor garante (legitima) o vencedor com acesso a capital político que se traduz em acesso efetivo a recursos.

Influenciadores

Mansi nkateiaka txapo

Mas o meu (candidato) preferido é o Chapo

PROPAGANDA DA FRELIMO, ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2024

> **“Em todas as paragens, as imagens da pré-campanha e, posteriormente, do percurso da campanha mostraram a presença de mulheres, muitas delas a dançar e a cantar.”**

FRELIMO, FRELIMO FRELIMO thakanle nkatein'hum ni txapo txapo txapou nirouwe nanvotari (2x)

FRELIMO, FRELIMO, FRELIMO é o meu partido preferido, e Chapo Chapo vamos votar (2x)

Napiya nihihikun'no FRELIMO nantiteke toi toi nihikun'no txapo txapo toi

Se o dia chegar, a FRELIMO vai sinalizar assim, assim; nesse dia Chapo Chapo assim, assim

Não há maneira itelaru yotela com a FRELIMO não há

Não há como contornar, se branco é branco, com a FRELIMO não há como contornar

athuayo kanintenderi nkhuahola kimpela yentenderi wira FRELIMO poderi urinawe kivo inshintanawe

Essas pessoas não entendem, por isso desta vez quero fazê-las entender que com o poder que a FRELIMO tem, não há adversário que possa competir

Ishikola him ninssomen'hum athekale FRELIMO, estarata him ninethen'hum athekale FRELIMO

As escolas onde estudámos, foi a FRELIMO que as construiu, as estradas por onde andamos, foi a FRELIMO que as construiu

A canção acima é de Dama Ija, uma cantora da cidade de Angoche, no norte de Moçambique. Na canção, feita durante a campanha, ela exorta as pessoas a votarem no candidato da FRELIMO, Daniel Chapo. O recurso a cantores (e outros influenciadores) durante as campanhas é cada vez mais comum. Alguns vêem-no como uma adaptação aos "tempos modernos" e, para muitos, uma expressão da superficialidade política das campanhas e da falta de verdadeiras plataformas de governo por parte dos candidatos políticos. No entanto, enquadram-se bem nas longas e recorrentes cosmologias habituais de poder e autoridade. Cosmologias em que as mulheres são centrais, especialmente no seu papel mobilizador.

À medida que assumem a liderança e usam as redes sociais, as mulheres mobilizadoras/influenciadoras parecem estar a ramificar-se da legitimação do poder organizado para apoiar ideia(s). Uma delas, com o nome @mamadi_26 no TikTok, fez o seguinte

aviso à Eletricidade de Moçambique (EDM), a empresa nacional de eletricidade, antes do dia das eleições:

> *Dia 9, quarta-feira, estamos a ir votar. Estamos a ir mergulhar os nossos dedos nas tintas. Estamos a ir votar as pessoas que estamos a confiar neles. Seja ele do MDM, seja da Frelimo, seja do Podemos, seja da Renamo. Estamos a ir lá, ir votar.*
> *EDM, EDM, EDM, a vossa atenção! Tiveram dia de domingo para fazer manutenção da vossa energia. Segunda-feira, hoje, pra fazer manutenção, não estão a fazer. Terca-feira, amanhã, não estão a fazer.*
> *Não queremos ninguém a desligar energia na quarta-feira a partir das 17. 'Ah, [por]que estou a fazer manutenção. Façam hoje vossa manutenção.*
> *Estou a avisar-vos! Façam hoje!*

O aviso à EDM refere-se a uma ocorrência comum durante a contagem dos votos, em que a eletricidade é desligada, permitindo a troca de urnas.

Enquanto @manadi_26 é uma jovem do sul do país que gere habilmente uma conta TikTok, outras mulheres partilham mensagens áudio simples através do WhatsApp. Esta parece ser a forma de mobilização preferida das mulheres mais velhas. Num áudio que circulou depois de a Comissão Eleitoral ter dado a vitória a Chapo e à Frelimo, uma mulher de Nampula deslegitima a sua vitória como vazia.

> Vão governar sim, vão ser nossos chefes como sempre gostaram de ser para nos escravizar. Mas há aqui uma mensagem muito grande. durante 45 dias que o povo não está com essas camradas, aquele que é camarada neste grupo o povo não está convosco, não vos quer, estão a levar à força.
> *Kumantarininyu au inkinupelani nkakihiyeni* (estou a vos apelar, não vos preciso deixarem me lá)
> Mas como têm toda máquina, têm toda ginástica vão mandar. Vão mandar, vão estar lá mas nós não vamos respeitar. Não vos queremos, o povo mostrou durante 45 dias que estão fartos mas uma boa fartura. Não vos querem nem pouco, nem pouco, nem pouco. Chega de humilhação, chega de pobreza, chega de não sei o quê. Nossos filhos não trabalham, são desempregados. Os nossos filhos estão aí. Não importa de nos prepararmos: 'já vou trabalhar. Tá bom mamã! Ficam aí sentados até apanharem colapso. Outros até morrem por causa disso. Vamo lá deixar outra pessoa. *Noneke tho* (vermos mais). Com 50 anos ou 49 anos depois da independência fazer campanha de estrada, fazer campanha de carteira, fazer campanha de escola já não estão neste nível da FRELIMO fazer essa campanha. Aquele comboio, aquele trem elétrico esse é que seria a campanha da FRELIMO. Um avião para cada província, para capital. Essa é que seria. Avião de Nampula ficar em Nampula. Faz quinta-feira Maputo, sexta-feira Cabo Delgado, quarta-feira Lichinga, sexta-feira Maputo, Domingo manutenção. Seria isso aí. Mas agora 49 está a dizer vou fazer estrada. Qual estrada que vai fazer? Entao vamos manter na pobreza porque até agora é estrada onde não temos estrada. Quando é que vamos chegar nesses patamares mais altos, com tantos recursos. Mas querem nos mandar. Então tá bom, mandem-nos lá. Estamos aqui, estamos aqui. Não tem problema, mas nós não vos queremos. Não sei como que vão mandar com alegria assim. Nenhum povo vos quer aqui. O povo não vos quer, demostrou de Rovuma ao Maputo. FRELIMO, o povo não vos quer mais. Como querem mandar? Mandem lá!

Coisas feias. Magistrados também, os juízes, chefes, presidentes a serem subalternos de um outro poder. Cade a soberania? Qual é o vosso peso magistrados, judiciais, ministérios públicos. Qual é aquele valor a gente quando vos vê, ya grandes senhores! Nós sentimo-nos honrados. A nossa honra começa de vocês. A nossa honra começa de vós. Aquele que tem matéria de trabalho como regulação de conduta, é entregue na mão regular a conduta da sociedade e desperdiça essa oportunidade. Se qualquerisa por causa de uma ninhinharia de valor. Se qualquerisa porque alguém falou de algo de valor. Se tu também és de alto nível, o teu objeto de trabalho está acima de tudo Ahaa vá lá. Essa porcaria não vale nada sabe. Estou a render, sim. Estou a render, não tem como. Depois começam a reclamar: 'me tiraram o meu TSU.' Mas se tu és um dependente, tu vens na mão deles, não mostras a tua pujança, o teu poder, a sua soberania. Haa, desculpa lá! Aquilo que eu vi no meu serviço, todo mundo só se reparou. Não é possível. Até oficial, hih! *vano awelani?* (então vinha fazer oque?) Oficial de diligência dizer: nampano awelani owitxisso? Onivola etalava isheniva haaa (até eles, vinham fazer oque de manhã? Nós estamos com fome). É o que aqui... haaa, sinceramente. Está mau isto, está mas nós já mostrarmos não vos queremos, vos humilhamos, no mundo inteiro, vos humilhamos, do rovuma ao Maputo. Até galinha percebeu.
Hiiih mouphuela (hiiih, vocês já não são nada).

A liderança das mulheres na definição das narrativas políticas sempre existiu. Agora, apenas se tornou mais visível. É impossível continuar a alegar que lhes falta autonomia e que estão a ser cooptadas. Seja através de canções, danças ou palavras, elas deixam a sua mensagem clara a todos os que querem ouvir. Aqueles que não estão a ouvir nunca foram o seu público.

PROPAGANDA DA FRELIMO, ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2024

“ O papel das mulheres como activistas está documentado desde o tempo do Destacamento Feminino. Parte da sua tarefa consistia em informar e educar a população camponesa sobre os esforços de independência e mobilizá-la para se juntar à causa ”

Referências

Arnfred, Signe. 1988. 'Mulheres em Moçambique: Gender Struggle and Gender Politics'. *Revista de Economia Política Africana* 15 (41): 5–16.

---. 2004. 'Dança do Tufo : Cultura das Mulheres Muçulmanas no Norte de Moçambique', no. 11, 39-65.

Biinato Júnior, dir. 2023. *MC Da RENAMO - Trufafá Trufafá (Oficial)*. https://www.youtube.com/watch?v=R5W3mnTdDqY.

Catueira, André. 2024. 'Aumenta o número de moçambicanos que se refugiam no Malawi'. Voz da América. 28 de dezembro de 2024. https://www.voaportugues.com/a/aumenta-número-de-moçambicanos-que-se-refugiam-no-malawi/7917088.html.

DW, dir. 2024a. *Moçambique: Cinco Mortos e 22 Baleados No Primeiro Dia de Novas Manifestações*. https://www.youtube.com/watch?v=GU88DDTPGqM.

---, dir. 2024b. *Moçambique: Clima de Tensão Agudiza-Se Em Inhassunge*. https://www.youtube.com/watch?v=-TndkBk1frw.

---. 2025. 'Vítimas da violência pós-eleitoral refugiam-se no Malaui'. dw.com. 3 January 2025. https://www.dw.com/pt-002/v%C3%ADtimas-da-viol%C3%AAncia-p%C3%B3s-eleitoral-refugiam-se-no-malaui/a-71207685.

Guissemo, Manuel. 2018. 'Ativismo Hip Hop: Tensão Dinâmica entre o Global e o Local em Moçambique'. *Journal of World Popular Music* 5 (junho):50-70. https://doi.org/10.1558/jwpm.36673.

Hebden, Ellen E. 2020. 'Belezas comprometedoras: Affective Movement and Gendered (Im)Mobilities in Women's Competitive Tufo Dancing in Northern Mozambique'. *Cultura, Teoria e Crítica* 61 (2-3): 208–28. https://doi.org/10.1080/14735784.2020.1858127.

Jentzsch, C. 2018. 'O Poder Espiritual e a Dinâmica da Guerra nas Províncias de Nampula e Zambézia'. In *Título da Publicação Anfitriã A Guerra Interior: New Perspectives on the Civil War in Mozambique*, 1976-1992, editado por E. Morier-Genoud, M. Cahen, e D. do Rosário, 75-99. Boydell & Brewer. https://doi.org/10.1017/CBO9781787442931.004.

Linden, Ian. 1972. '"Mwali" e a origem Luba do Chewa; Algumas sugestões provisórias'. Jornal da Sociedade do Malawi 25 (1): 11–19.

Manhiça, Anésio, Alex Shankland, Kátia Taela, Euclides Gonçalves, Catija Maivasse e Mariz Tadros. 2020. 'Expressões alternativas de vozes cidadãs: A Canção de Protesto e os Engajamentos Populares com o Estado Moçambicano'. Relatório. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento e Organizações Parceiras. https://doi.org/10.19088/IDS.2020.001'].

Meneses, Maria Paula. 2019. 'Cantando Lutas, Afirmando Políticas: As Canções Revolucionárias de Moçambique como Outras Formas de Estar (na) História'. In *Moçambique em Movimento: Desafios e Reflexõe*s, editado por Sheila Pereira Khan, Maria Paula Meneses, e Bjørn Enge Bertelsen. BRILL. https://doi.org/10.1163/9789004381100.

Newitt, Malyn D. D. 1995. *A History of Mozambique*. Indiana University Press.

O País. 2024. 'Venâncio Mondlane declara-se vencedor das eleições'. 11 de outubro de 2024. https://opais.co.mz/venancio-mondlane-declara-se-vencedor-das-eleicoes/.

Rantala, Janne. 2014. 'Rapper Azagaia e Seus Críticos: Debate Sobre Moçambique'. In , 297–316.

———. 2016. "'Hidrunisa Samora": Invocações de um Líder Político Morto no Rap de Maputo". *Jornal de Estudos da África Austral* 42 (6): 1161–77.

---. 2024. 'Uma biografia sónica de uma vida após a morte: O Líder de Libertação Expulso Uria Simango no Rap Moçambicano'. *Journal of Southern African Studies*, janeiro. https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03057070.2024.2372556.

Rosário, Carmeliza. 2021. 'Donas da Terra (Mulheres Proprietárias da Terra). Descolonizando Representações Históricas através de uma Etnografia de Memórias de Mulheres de Poder e Autoridade na Zambézia, Moçambique'. Tese de doutoramento, Universidade de Bergen.

STV, dir. 2024. *Polícia Dispara Gás Lacrimogêneo Contra Manuel de Araújo e Seus Apoiantes*. https://www.youtube.com/watch?v=NehV9M57W3w.

Taela, Kátia. 2025. 'Understanding the Gendered Dimensions of Post-Election Protests in Mozambique'. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento. 9 de janeiro de 2025. https://www.ids.ac.uk/opinions/understanding-the-gendered-dimensions-of-post-election-protests-in-mozambique/.

Taela, Kátia, Euclides Gonçalves, Catija Maivasse e Anésio Manhiça. 2021. 'Shaping Social Change with Music in Maputo, Mozambique'. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IDS). https://doi.org/10.19088/IDS.2021.020.

E a liberdade de género?

LUZIA MONIZ
JORNALISTA, SOCIÓLOGA E ACTIVISTA INTERSECCIONAL EM ANGOLA

“O aumento de mulheres em espaços de poder em África, contrariamente ao que seria expectável, não se traduz necessariamente na melhoria de políticas de género. As mulheres africanas são muitas vezes usadas para “embelezar” as estatísticas, para agrado da Comunidade Internacional”

Apenas sete dos 54 estados africanos tiveram governos paritários, com o mesmo número de ministros e ministras mulheres.

Em Moçambique, o Presidente Filipe Nyusi constituiu o seu primeiro e até aqui único Governo paritário, em 2022, com 11 ministros e igual número de ministras. Com mulheres em pastas estruturantes como os Negócios Estrangeiros e o Interior (Administração Interna), respetivamente Verónica Macamo e Arsénia Massingue.

Antes, em 2019, o Presidente Cyril Ramaphosa, da África do Sul, a terceira economia do continente, depois do Egipto e da Nigéria, formou um Executivo com tantos homens quantas mulheres (18/18), entre as quais Naledi Pandor, titular dos Negócios Estrangeiros.

Em 2018, o primeiro ministro etíope Abiy Ahmed também constituiu um gabinete governamental paritário (dez/dez). O mesmo fizeram os presidentes do Rwanda, Paul Kagame e das Seychelles Danny Faure que nomearam executivos com 13/13 e 5/5.

O primeiro-ministro Domingos Simões Pereira, em 2014, escolheu para governar a Guiné-Bissau oito ministros e o mesmo número de ministras, com Cadi Mané como ministra da Defesa Nacional.

Indo mais longe, em 2011, José Maria Neves, à época primeiro-ministro, formou o primeiro e (ainda) único Governo cabo-verdiano e africano com mais mulheres (58%) que homens (42%), com as Finanças lideradas por Cristina Duarte, atual conselheira do secretário-geral da ONU para África.

Neste momento, a Tanzânia é o único país africano com uma mulher na liderança do Estado. Samia Suluhu Hassan, então vice-Presidente, ascendeu ao cargo, em 2021, após a morte do Presidente John Magufuli.

Outras quatro mulheres africanas conquistaram a Presidência, desde o início das independências na década de 50 do século passado.

De 2018 a outubro passado, Sahle-Work Zewde foi Presidente da Etiópia, eleita pelo parlamento, em substituição de Mulatu Wirtu, que apresentara a sua demissão, num país de sistema de governo parlamentarista, onde a/o Chefe de Estado tem responsabilidades essencialmente simbólicas e honoríficas.

MURAL DE BISSAU

“Contribuirão para a igualdade de género, mulheres que em espaços de poder fecham os olhos e silenciam a violência obstétrica sobre grávidas, ignoram a discriminação salarial em função do género e que se mantêm em silêncio perante a violência no namoro, o crescimento da prostituição infantil, resultado da pobreza e da falta de escola como acontece em Angola?”

Ameenah Gurib, das ilhas Maurícias, foi a segunda mulher africana eleita Presidente do país, função que desempenhou entre 2015 e 2018, altura em que se demitiu por causa de um escândalo financeiro.

Tal como Samia Hassan, no Malawi, Joyce Banda, então vice-Presidente, chega à liderança depois da morte do Presidente Bingu wa Mutharika, em 2012 e leva o mandato até ao fim, 2014.

A primeira e até aqui única mulher africana eleita Presidente do país por sufrágio direto e universal é liberiana. Ellen Jonhson-Shirleaf, prémio Nobel da Paz 2011 pelo seu papel em prol dos direitos da mulher, governou o país até 2016, cumprindo dois mandatos.

De acordo com dados de 2023 da União Inter-Parlamentar (UIP), o Ruanda (África) tem o parlamento do Mundo com mais mulheres, 61,2%. Neste país, as candidatas a deputadas são escolhidas pelo Presidente Paul Kagame, no poder há 24 anos e que recentemente alterou a constituição para se manter no poder até 2034.

A Namíbia com 50%, Senegal 46%, África do Sul 45%, Moçambique 43%, Etiópia 41%, Angola 39%, Cabo Verde 38%, Burundi 38%, Tanzânia 37%, são os países africanos que se seguem ao Ruanda.

Em Angola, tal como em 2017, as eleições gerais de 2022 confirmaram que quanto mais longe do poder está uma formação política, também mais longe estão as mulheres nas suas listas de candidaturas ao parlamento, ou seja, a secundarização das mulheres é maior na oposição que no partido no poder.

Apesar de o MPLA, maioritário com 51% dos assentos do Parlamento, ter 56,5% de mulheres deputadas, a Assembleia angolana tem apenas 39% de mulheres, porque o segundo partido, a UNITA, tem apenas 14 mulheres (15,6%) entre os seus 90 parlamentares.

Por outro lado, segundo relatório do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP/2021), na África Subsariana, apenas 48 por cento das mulheres têm autonomia para tomar decisões em relação ao seu corpo.

No Senegal, a terceira maior percentagem continental de mulheres parlamentares, somente 7% das mulheres têm autonomia corporal, mostrando que a assinalável quantidade de género alcançada entre os deputados não se reflete em políticas abrangentes dos direitos humanos das mulheres.

O facto de no Ruanda, líder há mais de dez anos do ranking da taxa de mulheres parlamentares, segundo a fonte, algumas mulheres aceitarem perder o direito de negar sexo em troca de maior autonomia noutras esferas da sua vida, como na tomada de decisões familiares ou capacidade de decidir se ou quando sair de casa, demonstra a subjugação de que as mulheres estão sujeitas, ou seja, falta de liberdade de género.

Ainda de acordo com o FNUAP, na Tanzânia, as mulheres dedicam cinco vezes mais tempo a tarefas domésticas do que os homens.

Em Angola, onde vigora uma lei que penaliza a prática do aborto com pena de prisão de quatro a dez anos, a você-presidente e 33% dos membros do Governo são mulheres.

Contribuirão para a igualdade de género, mulheres que em espaços de poder fecham os olhos e silenciam a violência obstétrica sobre grávidas, ignoram a discriminação salarial em função do género e que se mantêm em silêncio perante a violência no namoro, o crescimento da prostituição infantil, resultado da pobreza e da falta de escola como acontece em Angola?

De que igualdade de género se fala quando essas mulheres são instrumentos de reprodução do discurso sexista e/ou misógino e apoiantes de leis castradoras das mulheres, nomeadamente de criminalização das mulheres que abortam?

Como contar com mulheres que, como guardiãs partidárias, e do chefe do partido, são incapazes de denunciar e condenar colegas-homens pedófilos, estupradores, que batem e violam mulheres, legitimando o "direito de bater na mulher"?

O aumento de mulheres em espaços de poder em África, contrariamente ao que seria expectável, não se traduz necessariamente na melhoria de políticas de género. As mulheres africanas são muitas vezes usadas para "embelezar" as estatísticas, para agrado da Comunidade Internacional. São também nomeadas porque, tidas como politicamente menos ambiciosas, representarão menos perigo concorrencial para os homens que detêm o poder.

Mulheres e Empreendedorismo Informal: "Calamidades" e tecnologias digitais em Moçambique

INÊS FARIA
INVESTIGADORA NO SOCIUS/ISEG

"Seguir as contas desses vendedores e compradores de fardos, assim como as de revendedores de roupas usadas, revelou o modo como as redes sociais têm alterado as formas de mediação no comércio"

As Roupas e as Políticas

Este artigo, baseado em pesquisa etnográfica realizada em Moçambique e em plataformas digitais como WhatsApp e Instagram, explora um caso particular de atividade económica informal: os mercados de "calamidades", comércio de roupa usada, liderado por mulheres em dois espaços, tanto virtual quanto nas ruas. No WhatsApp e no Instagram, esses mercados são impulsionados por tecnologias móveis e redes sociais, permitindo que vestuário descartado em países de rendimento elevado encontre nova vida em regiões com menos recursos. Aqui, esses mercados de roupa usada são observados como formas de empreendedorismo situacional, onde se entrelaçam narrativas sobre finanças, género e tecnologia, bem como configurações políticas e económicas, tanto históricas quanto contemporâneas, e processos de revalorização de mercadorias nas cadeias de valor globais.

Estes meios informais de subsistência enlaçam-se com configurações socioculturais específicas, abrangendo comércio, políticas, planeamento macroeconómico, regulação e quotidiano. Nestas ligações são percetíveis as dinâmicas de poder e os desafios da gestão doméstica e dos meios de subsistência, onde se entrecruzam questões de classe, género, relações laborais e sistemas de valoração com o empreendedorismo, o empoderamento e as desigualdades sociais (Natile 2020; Oyěwùmí 2005; Arnfred 2011; Muniesa 2014; Abubakre et al. 2021).

O comércio de roupas em segunda mão – as chamadas "roupas do fardo" vendidas nas "calamidades" - tem sido objeto de estudo nas ciências sociais há quase duas décadas (Stark 1996; Larsen 2018; Pezold 2023; DeJaeghere e Baxter 2014; Munoz e Morone 2023). Inseridas em categorias simbólicas e narrativas específicas, essas peças adquirem diferentes significados: enquanto na Europa e nos Estados Unidos integram economias circulares e tendências de moda *retro*, em várias regiões do Sul Global evocam desastres ambientais ou catástrofes provocadas pela ação humana. Em Moçambique, são chamadas de "calamidades"; no Gana, "roupa do homem branco morto" (Munoz e Morone 2023). Para que possam ser revendidas, essas peças sofrem o que Brooks (2015) chama de "viragem semiótica": objetos rejeitados transformam-se em mercadorias revalorizadas, envoltas em lógicas de caridade e de reciclagem, ligadas ao discurso da sustentabilidade (Sumo et al. 2023). É

através de processos de triagem e reapropriação que estas roupas se integram nas vidas de empreendedoras e em economias informais, tanto em Moçambique como noutros lugares (Caliskan e Lounsbury 2022; Stark 1996).

O negócio de compra de roupa em fardos para revenda acarreta vários riscos: os fardos são comprados sem que se conheça o seu conteúdo, e muitos dos itens revelam-se de qualidade inferior. No contexto actual, em que se multiplicam tentativas de promover práticas económicas e de consumo mais sustentáveis, a literatura e os meios de comunicação têm dado cada vez mais atenção aos circuitos e cadeias de valor desses itens usados, ao seu potencial nas economias circulares globais e às desigualdades que revelam. Taxonomias verdes, regulação e outros mecanismos legais (Pistor 2021) desempenham um papel relevante na definição de boas práticas da cadeia de fornecimento e na construção de mercados circulares globais (Munoz e Morone 2023).

Os fluxos de comércio de roupas usadas para países africanos são comuns, cruzando os oceanos Atlântico e Índico (Brooks 2015). Os maiores exportadores de roupas usadas são atualmente os Estados Unidos, a China e o Reino Unido (OEC 2023). Este comércio é significativo em vários países da África Oriental e Austral, incluindo Moçambique, Quénia, Malawi, Ruanda, Uganda, Eswatini, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué, sendo o Gana, na África Ocidental, o principal destino (OEC 2023). Embora o comércio e a circulação de roupas usadas existam desde a ocupação colonial – e as dinâmicas do colonialismo ainda influenciem esses mercados (Hansen 2004) – a atividade comercial internacional intensificou-se após o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) promoverem os Programas de Ajuste Estrutural (PAEs) nas décadas de 1980 e 1990 (Hanlon e Jones 2021), liberalizando mercados em jurisdições específicas (Brooks 2015). Essas reestruturações intensificaram os fluxos de comércio internacional e as trocas de mercadorias entre o Norte e o Sul globais, reproduzindo, frequentemente, regimes de dependência (Hanlon e Jones 2021; Brooks 2015: 145). Em Moçambique, o caso não é diferente.

O comércio de roupas usadas ocorre tanto nas ruas como digitalmente, após as peças chegarem a Moçambique por via marítima, geralmente em fardos de 45-55 kg. Embora não seja uma parte dominante da economia, esse comércio é visível no país (1,75% de todas as importações globais vão para Moçambique). As roupas importadas provêm de várias regiões. As maiores importações vêm do Paquistão (40,4%), China (32,7%), Emirados

Árabes Unidos (7,29%) e Índia (4,01%); locais onde estão os maiores centros de triagem de roupas em segunda mão. As peças vêm de regiões de rendimento elevado, como Austrália, Reino Unido, Europa, EUA e Canadá (Brooks 2015; OEC 2023). Algumas peças chegam diretamente de instituições de caridade em Portugal, mas representam uma pequena fração (0,15%) (OEC 2023).

Ao chegar a Moçambique, os fardos são encaminhados para armazéns de comerciantes têxteis, normalmente no centro de Maputo ou em mercados onde também são vendidas roupas em segunda mão (Xiquelene, Xipamanine, Zimpeto, Malhangalene, entre outros). Esses comerciantes vendem fardos de roupas usadas ou outros tipos de têxteis, incluindo roupas novas e de cama. Brooks (2013; 2015) descreve esses processos em detalhe. Importa destacar que, ao abrir os fardos, os compradores — geralmente vendedores informais — não sabem o que vão encontrar. Segundo vários vendedores — e como o estudo de caso a seguir ilustrará — os fardos de roupas possuem reputação conforme a origem: fardos oriundos da China são tidos em menor consideração, ao passo que aqueles que contêm roupas oriundas da Europa ou da Austrália são mais apreciados (ver também Brooks 2013 sobre preferências). Em teoria, os fardos são organizados e etiquetados segundo a origem, a qualidade e o tipo de tecido. Os preços dos fardos variam conforme a origem. Contudo, os negociantes nunca têm a certeza de que o conteúdo do fardo corresponde às informações inscritas na etiqueta, mas, ainda assim, a maioria dos vendedores assume esse risco. Com a recente subida nos preços é cada vez mais comum que as pessoas partilhem o custo do fardo.

Como vendedores de roupas, os comerciantes de fardos, por vezes, mantêm contas nas redes sociais para anunciar e vender as mercadorias. Seguir as contas desses vendedores e compradores de fardos, assim como as de revendedores de roupas usadas, revelou o modo como as redes sociais têm alterado as formas de mediação no comércio. Nestes espaços, a materialidade do dinheiro e dos encontros comerciais pode ser substituída por transações via dinheiro móvel e/ou bancário digital. Este fenómeno contrasta com o comércio nas ruas, onde as transações são efetuadas em dinheiro (numerário).

MAPUTO VISTA DE MAFALALA

> **“Aqui, a distinção entre o formal e o informal é pouco definida: os negócios coexistem visivelmente e, por vezes, de forma complementar.”**

Comércio de Roupas Usadas: Nas Ruas

Num dia de atividade moderada no mercado semanal de roupas usadas em Chibuto, os vendedores chegam ao local de forma pausada, um a um. São mulheres de todas as idades e algumas jovens universitárias locais. Algumas equilibram fardos de roupa sobre a cabeça, outras são acompanhadas por ajudantes que empurram carrinhos cheios de sacos de roupa. Cuidadosamente, dispõem as peças, umas sobre esteiras, outras diretamente no chão.

Assim que se instalam, formam uma fila compacta, onde cada espaço entre os montes de roupas é reduzido ao necessário. A localização não depende de reservas antecipadas, mas de quem chega primeiro, reivindicando o melhor lugar. O processo é vagaroso e, entre vendedoras, tecem-se relações nas horas a fio, lado a lado, em conversas e trocas.

Quando os clientes — de todas as idades e géneros — chegam, percorrem as bancas, mexem nas roupas e conversam com as vendedoras. Homens e mulheres tateiam bolsos, verificam as suas poupanças, tiram o telemóvel do bolso ou do peito para procurar um meio de pagamento — ainda que o dinheiro vivo seja a moeda corrente, o dinheiro móvel está cada vez mais presente, apesar de ser utilizado mais como forma de guardar valores que como sistema de pagamentos.

No verão, o mercado é povoado por blusas, calças, coletes, calções, lençóis, soutiens e saias; no inverno, estas peças dão lugar a roupas mais quentes. Roupas de criança são presença constante. As peças aparentam estar em bom estado — algumas têm nódoas, outras estão apenas amarrotadas. As clientes mais comuns são mulheres, desde adolescentes a senhoras mais velhas. Há poucos homens a comprar roupa no mercado. Os preços variam de 10 e 200 meticais, com maior procura por peças que custam entre 10 e 50 meticais. Apesar do movimento, as vendas são lentas; alguns vendedores mantêm as mesmas peças em exposição dias a fio, o que indica um ritmo de rotação moroso.

Ao lado das vendedoras, jovens com máquinas de costura, oferecem serviços de reparação. Para além de Chibuto, noutras vilas rurais, a dinâmica de venda de roupas em fardos nas ruas não difere em essência, mas, nas áreas mais centrais, como em Maputo, essa realidade adquire outra face — mais desenvolvida, variada e, sobretudo, intensa.

No centro de Maputo, o dia começa cedo para os vendedores que ocupam os passeios ou, alguns, as galerias dos antigos edifícios coloniais. Nestes recantos, encontra-se de tudo, como em qualquer zona urbana onde o comércio toma as ruas. Na Baixa, até há poucas décadas dedicada ao comércio têxtil, aparecem agora diversas ofertas comerciais. Aqui, a distinção entre o formal e o informal é pouco definida: os negócios coexistem visivelmente e, por vezes, de forma complementar. Vende-se na rua eletrónica, utensílios domésticos, roupas e alimentos. Em contraste com a tranquilidade de Chibuto, ao dobrar a esquina da Avenida Guerra Popular, onde se concentram os vendedores de roupas usadas, sobretudo na zona da Baixa, o som modifica-se: vozes ecoam, anunciando preços, sobrepondo-se ao ruído dos motores dos carros, às chamadas dos *chapas* e às buzinas do trânsito. Nesta avenida, as roupas, novas ou usadas, estão expostas nas calçadas ou em bancas; encontram-se roupas de homem e mulher, e os próprios vendedores e compradores refletem essa diversidade.

Do topo da avenida, a visão é a de uma artéria movimentada, onde à esquerda se alinham bancas no chão e mesas diante de lojas e armazéns de têxteis e capulanas, estendendo-se até à Avenida 25 de Setembro. Nas áreas mais movimentadas, junto às grandes lojas, essa variedade converge com alfaiates instalados nas calçadas, de costas voltadas para a rua, com as mãos na capulana ou a remendar uma peça de roupa. A maioria dos vendedores e alfaiates são jovens, e o ambiente ruidoso imprime uma certa vitalidade ao espaço. Há ainda outras zonas em Maputo onde os mercados informais marcam presença; a venda de roupas usadas espalha-se por quase toda a cidade e frequentemente assume caráter itinerante. Na Avenida Guerra Popular, a concentração destes mercados é maior, embora as vendas de roupa usada comecem bem acima, perto do aeroporto. Na chamada cidade de cimento, os locais mais concorridos além da Baixa são próximos do bairro do Alto Maé. Nos arredores da cidade, há grandes mercados de roupas usadas (para mais, ver Brooks 2015).

Como em Chibuto e na maioria dos mercados de rua, na Avenida Guerra Popular o pagamento é maioritariamente feito em dinheiro. Os vendedores interagem, trocam palavras, pedem troco em notas ou moedas, quando necessário, — as relações económicas ali estabelecidas são múltiplas, distintas das dinâmicas do comércio digital. Os preços das roupas nestas bancas de rua não diferem muito dos de Chibuto. As peças não recebem

cuidados especiais, e os preços permanecem baixos. Contudo, no centro de Maputo, onde o custo de vida é mais elevado, a variação de preço é mais ampla, oscilando entre 50 e 500 meticais, dependendo da qualidade, quantidade e procura. Embora o dinheiro móvel esteja muito presente na cidade e no comércio, é, também neste caso, mais utilizado como meio de guardar valor ou para efetuar pagamentos institucionais. O cenário dos mercados de rua e venda ambulante é muito diferente das vendas online.

Venda de Roupas Usadas: Online

Conheci Frederica no seu showroom no Alto Maé, Maputo. O ambiente ali destoava das dinâmicas dos mercados físicos: um espaço silencioso, limpo e bem iluminado, pintado de branco, decorado com um letreiro dourado com o logo da sua marca e com infraestrutura própria de lojas de roupa — cabides organizados, uma sala de lavagem de roupa e passagem de roupa a ferro. Quando nos encontrámos, em 2022, Frederica era uma jovem empreendedora de 19 anos, independente, a construir o seu negócio de venda de roupas usadas. Tinha começado a actividade juntamente com a sua irmã, aos 16 anos. Naquela época, antes ou depois das aulas, Frederica ia comprar malas e roupas a vendedores de rua na Avenida Guerra Popular, uma área da central cidade com muita venda de roupas em segunda mão, lojas de tecido, capulanas e armazéns de fardos de roupa.

Durante a nossa conversa, Frederica descreveu o processo de compra de roupas e malas antes de estabelecer relações comerciais com fornecedores específicos: cedo pela manhã, acompanhada por uma amiga, dirigia-se ao centro de Maputo e à Avenida Guerra Popular. Lá, eram as únicas jovens entre os compradores — a maioria homens. Os fardos, embrulhados em plástico, podiam ser comprados inteiros ou abertos por vendedores que vendiam o conteúdo diretamente no mercado. Quando os fardos de malas eram abertos, começava uma batalha entre os compradores pelas melhores marcas, como Gucci ou Louis Vuitton. Com o tempo, Frederica foi ganhando a confiança do vendedor, que a avisava sempre que ia abrir um novo fardo, reservando-lhe o privilégio de estar à frente na multidão que lutava pelas peças. As lutas por esses artigos de prestígio eram, por vezes, tão agressivas que algumas malas acabavam rasgadas. Frederica e a amiga, porém, não

hesitavam em disputar as peças que mais tarde vendiam com lucro, justificando a popularidade que adquiriram entre os revendedores informais.

No primeiro ano do negócio, Frederica ainda não se limitava a itens em segunda mão; com a irmã, também vendia roupas importadas da África do Sul, através da internet. Foi apenas em 2019 que Frederica se lançou nas vendas online. Quando lhe perguntei o motivo, ela revelou que apreciava o marketing e a narrativa de vender nas redes sociais, além de ser uma opção mais fiável: com o pagamento digital (dinheiro móvel), o processo tornava-se mais seguro. Tirando partido do seu grande número de seguidores no Instagram e no WhatsApp, Frederica iniciou uma fase que incluía não apenas comércio, mas também a curadoria de uma imagem online que queria que fosse uma inspiração para outras mulheres empreendedoras.

Para tornar as roupas mais atraentes, Frederica lavava e cuidava das peças, fotografando-se — rosto desfocado — com as roupas que queria vender. Vendia cada peça por um preço muito superior ao que havia pago (adquiria por 30 a 100 meticais e revendia por 300 a 500 meticais). O processo era simples: os clientes seguiam sua marca no Instagram ou no WhatsApp, enviavam-lhe uma mensagem privada para reservar a peça desejada e pagavam de imediato com dinheiro móvel. As roupas podiam ser levantadas posteriormente, ou entregues mediante uma taxa.

Este sistema permitiu que Frederica prosperasse e, ao contrário de outros vendedores informais, ela conseguiu escapar à proibição de vendas nas ruas de Maputo imposta em 2019 (Baeta et al. 2022). Mesmo com o impacto na economia informal, que sustenta grande parte da população de Maputo e de Moçambique, Frederica manteve-se ativa, contando com fornecedores e um stock financiado pelo apoio de uma rede familiar e um contexto socioeconómico privilegiado.

Com capital para investir, em 2019/2020 Frederica e a irmã começaram a abrir fardos. A mãe delas financiou o primeiro fardo, confiando no retorno. Frederica, ao lado da avó, foi buscar o fardo, mas o conteúdo surpreendeu: eram roupas para "senhoras de idade" e não os “vestidos para jovens” que esperavam. Contudo, venderam todas as peças, recuperando o investimento. Após essa experiência, Frederica e a irmã seguiram caminhos separados. Frederica dedicou-se ao negócio sozinha, comprando e abrindo os fardos, apesar de algumas deceções, como um fornecedor que a enganou com um fardo de má qualidade.

Rapidamente, Frederica aprendeu as dinâmicas do mercado e, quando nos encontrámos em 2022, já tinha um fornecedor de confiança e um negócio organizado. Embora o negócio ainda fosse informal, Frederica expressou o desejo de o formalizar, no entanto, o processo seria lento. "Preciso expandir mais, falar sobre o meu negócio e inspirar outras mulheres e jovens da minha idade [19/20] a seguirem este caminho", comentou.

Tal como a citação indica, Frederica queria tornar-se um modelo de empreendedora, projetando uma imagem [que para ela era] de sucesso e motivando outras mulheres. A independência financeira crescente conferia-lhe um sentimento de poder e realização.

Relatando-me a sua trajetória, Frederica enfatizou que, desde o início, contou com o apoio do namorado e da família, que a ajudaram financeiramente. Também poupava dinheiro em ROSCAS (xitique)[1] - em 2019 um fardo custava em média 10,000 meticais. Por mais que o risco fosse elevado, Frederica persistiu, dividindo fardos com uma parceira encontrada nas redes sociais. Apesar de alguns desafios, conseguiu uma parceira estável e, com o tempo, angariou clientes com maior poder económico.

Assim, Frederica começou a abrir fardos regularmente, sozinha e com parceiros, e até entrou num xitique de maior valor, com mulheres mais velhas. Quando recebeu os fundos, pôde comprar um carro para a avó, gesto que a encheu de orgulho, dado o apoio que sempre recebera dela e da mãe. Em 2021, com o negócio a crescer, Frederica teve o melhor mês até então, com vendas que atingiram 100,000 meticais. Com o aumento das encomendas, empregou uma assistente e vendedoras à comissão. As vendas ocorriam principalmente no WhatsApp e, em menor escala, no Instagram, com promoções anunciadas previamente.

Em 2021, entretanto, razões pessoais levaram Frederica a desacelerar o ritmo, o que abalou a confiança das vendedoras. Sem uma rede de segurança, elas sentiram-se traídas quando o negócio abrandou. Ainda assim, Frederica mantinha uma rede de fornecedores, desde vendedores de rua na Avenida Guerra Popular até grandes importadores de fardos, que garantiam a continuidade de seu negócio, impulsionado pelo apoio familiar e pela sua situação socioeconómica.

[1] ROSCAs ou Xitique em Mozambique – Rotating Savings and Credit Associations/Associações Rotativas de Poupança e Crédito.

Meses depois, do nosso encontro, o grupo de WhatsApp da loja de Frederica tornou-se silencioso. Talvez devido a novas demandas profissionais e à introdução de roupas da China, mais baratas, o ritmo de negócios reduziu, evidenciando a instabilidade e volatilidade que rondam o mundo do comércio informal.

Discussão

Ainda que as tecnologias digitais sejam úteis em contextos de baixa inclusão financeira (Lagna e Ravishankar 2022), os casos apresentados revelam a complexidade que impede uma relação direta entre inclusão financeira digital e a melhoria dos meios de subsistência. Parece haver uma dissonância entre as políticas e a vida quotidiana, especialmente no que diz respeito a soluções baseadas no mercado, supostamente centradas no empoderamento feminino, inclusão financeira e empreendedorismo. No contexto de Maputo, o negócio das "calamidades" digitais ilumina as peculiaridades das dinâmicas mais abrangentes de desenvolvimento económico, onde o comércio e o planeamento macroeconómico se enredam com configurações regulatórias e políticas de mercado neoliberais.

Manter e investir num negócio exige um esforço coletivo e grande resiliência — mesmo para alguém como Frederica, com uma rede de apoio sólida.

Para mulheres em posições menos privilegiadas, o investimento arriscado para iniciar este tipo de negócio é maior: há muito a perder e menos margem para dividir os riscos. As dinâmicas visíveis no negócio de roupas de segunda mão de Frederica, que aproveita plataformas de redes sociais como Instagram e WhatsApp, além de sistemas de pagamento como M-Pesa e dinheiro móvel, não garantem sustentabilidade nem crescimento.

Para a maioria dos empreendedores, digitais ou não, os riscos do investimento são demasiado altos e há inúmeros obstáculos à sua sustentabilidade (DeJaeghere e Baxter 2014).

Como tantas outras empreendedoras, Frederica insere-se num espaço criativo de micro-negócios — um espaço que as mulheres moçambicanas têm explorado desde que o direito (colonial) impôs divisões laborais e de género (Arnfred 2011; Oyěwùmí 2005). Se para Frederica este espaço serve de complemento ao seu trabalho formal, para muitas

outras mulheres as vendas informais são o único meio de subsistência (Brooks 2015). Em contextos onde os negócios jovens apresentam elevado potencial de fracasso, seja pela falta de financiamento, infraestrutura, limitações regulatórias ou educativas, a lógica do empreendedorismo como solução e plataforma de empoderamento das mulheres e melhoria sustentável de condições de vida não corresponde à realidade.

Referências

Abubakre, M., Faik, I., & Mkansi, M. (2021). Digital entrepreneurship and indigenous value systems: An Ubuntu perspective. *Information Systems Journal*, 31(6), 838–862. https://doi.org/10.1111/isj.12343

Acker, J. (2006). Inequality Regimes: Gender, Class, and Race in Organizations. Gender & Society, 20(4), 441-464.

Aga, G., Campos, F. Conconi, A., Davies, E., and Geginat, C. (2021). Informal Firms in Mozambique: Status and Potential. World Bank, policy research working paper 9712. Available at: https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/35883 [Accessed 10-10-2023].

Arnfred, S. (2011). *Sexuality and Gender Politics in Mozambique: Rethinking Gender in Africa*. Boydell & Brewer.

Brooks, A. (2013). Stretching global production networks: The international second--hand clothing trade. *Geoforum* 44. 10-22.

Brooks, A. (2015). Clothing Poverty: *the Hidden World of Fast Fashion and Second-hand Clothes*. London: Zed Books Ltd.

Bruni, A., Gherardi, S., & Poggio, B. (2004). Doing Gender, Doing Entrepreneurship: An Ethnographic Account of Intertwined Practices. *Gender, Work and Organization*, 11(4), 406–429. https://doi.org/10.1111/j.1468-0432.2004.00240.x

Butler, J. (1990). *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*. Routledge

Caliskan, K. and Lounsbury, M. (2022), Entrepreneurialism as Discourse: Toward a Critical Research Agenda. Eberhart, R.N., Lounsbury, M. and Aldrich, H.E. (Ed.) *Entrepreneurialism and Society: New Theoretical Perspectives* (Research in the Sociology of Organizations, Vol. 81), Emerald Publishing Limited, Leeds, pp. 43-53.

Crenshaw, K. W. (1991). Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, 43(6), 1241-1299.

DeJaeghere, J., & Baxter, A. (2014). Entrepreneurship education for youth in sub-Saharan Africa: A capabilities approach as an alternative framework to neoliberalism's individualizing risks. *Progress in Development Studies*, 14(1), 61–76. https://doi.org/10.1177/1464993413504353

Demirguc-Kunt, A., Klapper, L. & Singer, D. (2017). Financial inclusion and inclusive growth : a review of recent empirical evidence. Policy Research Working Paper Series 8040, The World Bank. URL: ht-

tps://ideas.repec.org/p/wbk/wbrwps/8040.html [Accessed: 6-11-2024].

Encino-Muñoz, A. G., & Morone, P. (2023). Second-hand clothing trade and circular economy: A framework for sustainable international cooperation. *Acta Innovations*, 49(7), 5–20. https://doi.org/10.32933/ActaInnovations.49.7

Endris, E. and Kassegn, A. (2022). The role of micro, small and medium enterprises (MSMEs) to the sustainable development of sub-Saharan Africa and its challenges: a systematic review of evidence from Ethiopia. *Journal of Innovation and Entrepreneurship* 11(20). DOI: https://doi.org/10.1186/s13731-022-00221-8

Faria I. (2018). Therapeutic Navigations and Social Networking: Mozambican Women's Quests for Fertility. *Medical Anthropology: cross-cultural studies on health and illness* 37(4):343-357.

Fletcher, K., & Tham, M. (Eds.). (2014). *Routledge handbook of sustainability and fashion*. Routledge. https://doi.org/10.4324/9780203508205

Guyer, J. (2004). Marginal gains: Monetary transactions in Atlantic Africa. University of Chicago.

Hanlon, J. and Jones, T. (2021). Debt and Development. Haslam, P.; Schafer, J. and Beaudet, P. (eds.). *Introduction to International Development*: Approaches, Actors, Issues, and Practice (4th ed.). Don Mills, Canada. 263-281.

Hansen, K.T. (2004) 'Who Rules the Streets? the Politics of Vending Space in Lusaka', Reconsidering informality: perspectives from urban Africa : 62-80.

IMF (2023). Republic of Mozambique. Available at: https://www.imf.org/en/Countries/MOZ [Accessed: 31-05-2024]

Julie Botticello (2012) Between Classification, Objectification, and Perception: Processing Secondhand Clothing for Recycling and Reuse, TEXTILE, 10:2, 164-183

Katharina Pistor's The Code of Capital: How the Law Creates Wealth and Inequality. (2021). *Social & Legal Studies*, 30(2), 291-326.

Kedir, A. and Kouame, E. (2022). FinTech and women's entrepreneurship in Africa: the case of Burkina Faso and Cameroon, Journal of Cultural Economy, 15:4, 452-467.

Klyver, K. Nielsen, S. and Evald, M. (2013). Women's self-employment: An act

of institutional (dis)integration? A multilevel, cross-country study. Journal of Business Venturing 28 (4).

Kusimba, S. (2021). R*eimagining Money: Kenya in the digital finance revolution*. Stanford: Stanford University press.

Lagna, A., & Ravishankar, M. N. (2022). Making the world a better place with fintech research. *Information Systems Journal*, 32(1), 61–102. https://doi.org/10.1111/isj.12333

Langley P. and Leyshon, A. (2022). Neo-colonial credit: FinTech platforms in Africa. *Journal of Cultural Economy* 15(4), 401-415.

Maurer, B. (2010). Monetary Ecologies and Repertoires: research from the Institute for Money Technology and Financial Inclusion. *First Annual Report Design Principles*. Available at: https://escholarship.org/uc/item/3f47816k [Accessed 2-10-2023].

Maurer, B., Musaraj, S., and Small, I. (eds.). (2018). *Global Perspectives on Technology, Financial Inclusion and Design*. New York/Oxford: Berghahn.

N. Gregson, M. Crang, F. Ahamed, N. Akhter, R. Ferdous. (2010). Following things of rubbish value: End-of-life ships, 'chock-chocky' furniture and the Bangladeshi middle class consumer. Geoforum 41(6). 846-854.

Natile, S. (2020). The Exclusionary Politics of Digital Financial Inclusion Mobile Money, Gendered Walls. London: Routledge.

Newitt, M. (1995). History of Mozambique. London: Hurst and Company.

Newitt, M. (2016). *A Short History of Mozambique*. Hurst.

OEC. (2023). Where does Mozambique import used clothing from? Available at: https://oec.world/en/visualize/tree_map/hs92/import/moz/all/116309/2022 [Accessed 31-05-2024]

Olagboye, D., Obembe, D., Okafor, G. (2022). Enterprise Survival and Growth: A Conceptual Exposition of Entrepreneurial Activities in Sub-Saharan Africa. In: Kolade, O., Rae, D., Obembe, D., Woldesenbet Beta, K. (eds) The Palgrave Handbook of African Entrepreneurship. Palgrave Macmillan, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-75894-3_5

Oyěwùmí, O. (2005). *African Gender Studies a reader*. London: Palgrave Macmillan

Pezold, J. (2023). Co-constructing fashion in a South–South context: selling Chinese-made garments and textiles in Mozambique. *Critical African Studies* 15(1), 73-90.

Pinch, T. J., & Bijker, W. E. (1984). The social construction of facts and artefacts: Or how the sociology of science and the sociology of technology might benefit each other. *Social Studies of Science*, 14(3), 399–441. https://doi.org/10.1177/030631284014003004

Polido Baeta, V., Mbiba, B., and Butina-Watson, G. (2022). Circumventing the investor-friendly city and displaceability in Maputo's street economy space. *City, 26*(5–6), 963–982. https://doi.org/10.1080/13604813.2022.2126200

Pollio, A. (2021) Reading development failure: experts and experiments at the bottom of the pyramid in Cape Town. *Third World Quarterly 42*(12). 2974-2992.

Pollio, A. and Cirolia, L. (2022). Fintech urbanism in the startup capital of Africa, Journal of Cultural Economy, 15:4, 508-523, DOI: 10.1080/17530350.2022.2058058

Rodima-Taylor, D. (2022) "Platformizing Ubuntu? FinTech, Inclusion, and Mutual Help in Africa," Journal of Cultural Economy 15(4). 416-435.

SADC. (2024).

Said, E. (1993). *Culture and Imperialism.* NY: Knopf.

Salvi, E., Belz, F.-M., & Bacq, S. (2023). Informal Entrepreneurship: An Integrative Review and Future Research Agenda. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 47(2), 265-303.

Spilker, G., Koubi, V., and Bernauer, T. (2017). International Political Economy and the Environment. *Oxford Research Encyclopedia of Politics.* Retrieved 6 Nov. 2024, from https://oxfordre.com/politics/view/10.1093/acrefore/9780190228637.001.0001/acrefore-9780190228637-e-172. [Accessed: 6-11-2024]

Spivak, G. (2010). Can the Subaltern Speak?. Morris, R. (Ed.). *Can the Subaltern Speak? Reflections on the history of an idea.* NY: Columbia University Press.

Stark, D. (1996). Recombinant property in East European capitalism. A*merican Journal of Sociology*, 101(4), 993-1027.

Sumo PD, Arhin I, Danquah R, et al. (2023). An assessment of Africa's secon-

d-hand clothing value chain: a systematic review and research opportunities. Textile Research Journal 93(19-20):4701-4719. DOI:10.1177/00405175231175057

Tempany, T. (2014). Bridging de Digital Divide for Inclusive Financial Empowerment. URL: https://www.bond.org.uk/news/2024/08/bridging-the-digital-divide-for-inclusive-financial-empowerment/ [Accessed: 6-11-2024].

Terrado, A. (2023). How Second-hand Fast Fashion is Polluting Africa. The green side of pink. URL: https://www.thegreensideofpink.com/style-en/fashion/2023/second-hand-fast-fashion-africa/?lang=en [Accessed: 31-05-2024]

UNCTAD. (2022). Financing for Sustainable Development Report 2022. URL: https://unctad.org/publication/financing-sustainable-development-report-2022 [Accessed 12-10-2024]

Wajcman, J. (2000) Reflections on Gender and Technology Studies: In What State is the Art?. *Social Studies of Science* 30(3): 447-464.

WB (2018). The World Bank Mozambique: Financial Inclusion and Stability Project (P166107). Project Information Document/Integrated Safeguards Data Sheet. http://projects.worldbank.org/P166107?lang=en [last accessed 2-4-2022].

WB (2023). Mozambique Gender Assessment: leveraging women and girls' potential. May 2023.

WB. (2019). *Does Mobile Money Improve Livelihoods for Households in Poor and Remote Areas?*. Finance and PSD Impact 55. World Bank, Washington. Available at: https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/32605 [Accessed 05-10-2022].

WB. (2020). Women and Trade: the role of trade in promoting gender equality. World Bank and World Trade Organization. Washington, DC: World Bank. Available at: https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/34140 [Accessed: 03-10-2022]

WB. (2022). Increasing Sub-Saharan Africa's Productivity for Growth Now, and in the Future. March 24, 2022. URL: https://www.worldbank.org/en/region/afr/publication/increasing-sub-saharan-africa-s-productivity-for-growth-now-and-in-the-future [Accessed: 31-05-2024]

WB. (2022). *Microfinance and economic development (English)*. Policy Research working paper,no. WPS 8252 Washington,

D.C. : World Bank Group. Available at: http://documents.worldbank.org/curated/en/107171511360386561/Microfinance--and-economic-development [Accessed: 03-10-2022].

Wilson, M. (2004). A conceptual framework for studying gender in information systems research. J*ournal of Information Technology*, 19(1), 81–92. https://doi.org/10.1057/palgrave.jit.2000008

Woodward, S. (2015). Accidentally sustainable. In K. Fletcher & M. Tham (Eds.), *Routledge handbook of sustainability and fashion*. Routledge.

Sobre o mapeamento de iniciativas de mulheres criativas / empreendedoras no setor da economia criativa em Cabo Verde

MATILDE DIAS
JORNALISTA E APRESENTADORA NA TELEVISÃO DE CABO VERDE

> **Em setembro de 2024, o Ministério da Cultura anunciou a realização de um estudo, com duração de um ano, para medir o impacto da cultura e das indústrias criativas na economia de Cabo Verde.**

A economia criativa, como setor, foi reconhecida pelo governo de Cabo Verde em 2011, em seu programa estratégico que desenhava políticas culturais para o desenvolvimento e inclusão. O contexto das artes e cultura é pleno de desafios - falta de financiamento, políticas públicas de curta duração, um mercado pequeno e com problemas de distribuição, agentes culturais que laboram em situação de informalidade.

Um outro problema é a falta de informação sobre as economias criativas. Quem são os criativos cabo-verdianos, onde estão e como contribuem para a economia do país? Estes dados ainda não foram produzidos. Em setembro deste ano, o Ministério da Cultura anunciou a realização de um estudo, com duração de um ano, para medir o impacto da cultura e das indústrias criativas na economia de Cabo Verde. No país, o setor da cultura ainda não é contabilizado na economia e, sem estes dados, os decisores e gestores públicos seguem sem instrumentos para a definição de políticas assertivas para o setor.

É neste contexto que surgiu o projeto de mapeamento de iniciativas de mulheres criativas/empreendedoras no setor da economia criativa em Cabo Verde. Uma iniciativa da ACEP, mentora da plataforma Futuros Criativos, para identificar 15 iniciativas lideradas por mulheres em Santiago, São Vicente e Santo Antão, as três ilhas mais populosas do arquipélago. A premissa estabelecida pela ACEP era selecionar iniciativas com alguma sofisticação e com contribuição inovadora ao segmento criativo em que se inserem.

À partida, não há um levantamento sobre estas atividades e os seus operadores e nem sobre a liderança feminina, em particular. Por isso, o primeiro passo foi recorrer a notícias e editais de concursos públicos para identificar projetos ativos nas três ilhas. Depois, foi preciso definir critérios para fazer a triagem: primeiro, identificar iniciativas pioneiras; e segundo, primar pela representatividade das várias áreas da economia criativa.

Nas três ilhas, foram abordados 15 projetos nas áreas do cinema, teatro, pintura, dança, literatura, artesanato, gastronomia, turismo sustentável, tecnologia e consultoria. Das 15 iniciativas, oito são empresas privadas, quatro resultam de iniciativas pessoais, duas são associações, além de uma entidade sem fins lucrativos. Garantem 35 empregos diretos, a maioria mulheres, um número significativo num país com uma taxa de desemprego de 10 por cento, que aumenta para 30 por cento entre as mulheres.

Inovação

É iniciativa de uma pintora a abertura da primeira galeria de arte do país. A Galeria e Atelier de Artes Plásticas Nela Barbosa abriu as portas em 2015, na cidade da Praia. Num país em que os artistas se debatem com dificuldades para ter espaço de produção e exibição de suas obras, Nela Barbosa inovou ao ampliar o seu ateliê para fundar uma galeria com exibição de obras próprias e de outros artistas, além de promover ações de formação e visitas guiadas a estudantes.

Há poucas instalações disponíveis para exposições de arte na capital do país, ainda por cima com boas condições de espaço e iluminação. Desde 2015, a Galeria já acolheu mostras de artistas como Tutu Sousa, Sidney Cerqueira, Leontina Ribeiro, Domingos Luisa, Paulo Pina e Joaquim Semedo.

Inovação é o mote da Come In Cabo Verde, uma Startup fundada por Cátia Lush Sequeira, formada em comunicação e relações públicas. Com sede em Mindelo, a Come In é uma plataforma que divulga os conteúdos culturais produzidos em Cabo Verde, desde eventos e projetos de lazer, artes e cultura. As informações estão em três canais: um website, as redes sociais e um aplicativo disponível, de forma gratuita, no Play Store desde dezembro de 2022. A iniciativa vem preencher uma lacuna, que é a comunicação integrada de eventos para emigrantes e turistas. E, ao mesmo tempo, cria um serviço novo para os promotores de eventos. Por outro lado, é notável que Lush Sequeira vem da área das relações-públicas para liderar um projeto na área da tecnologia, com a criação do primeiro aplicativo do país que dá acesso a informações de cariz cultural e turístico.

Na vizinha ilha de Santo Antão, identificamos um outro projeto liderado por uma mulher e que imprime inovação ao setor em que se insere. Trata-se da D Rome, uma empresa familiar de produção de aguardente de cana, mel de cana e licores, fundada em 1987 pelo agricultor Jon D' Rome, em Ribeira da Torre. Por motivos de saúde, em 2020, o patriarca da família passou o comando do trapiche para os nove filhos, que criaram a empresa Chichina D'Rome. À frente está uma das herdeiras, Joanita Fortes, uma professora de filosofia que se tornou a única mulher da ilha a comandar o negócio do trapiche em Santo Antão, um meio tradicionalmente dominado por homens. Na lista de funcionários,

conta sobretudo com mulheres, que são o principal rosto do desemprego em Santo Antão.

Não obstante uma resistência inicial, pelo fato de ser mulher, Fortes garante que a empresa está a crescer, a ganhar mais clientes, inclusive de regiões mais distantes. De tal forma que tem na forja um projeto de expansão com a construção de um centro de produção de raiz, uma infraestrutura mais ampla e moderna, com engarrafamento automatizado, cozinha industrial e uma loja.

Ainda no quesito inovação, o levantamento dá visibilidade à maior iniciativa literária do país. A antologia literária "Mulheres e Seus Destinos" é um projeto de Lena Marçal, autora e professora de francês reformada. O mote é a publicação de contos, poemas, ilustrações inéditos e assinados por mulheres. Já foram publicados cinco volumes, com a participação de mais de 800 mulheres, sobretudo autoras de primeira viagem.

O mercado editorial em Cabo Verde é pequeno e publicar é caro. Há poucas editoras e muitos autores com escritos fechados na gaveta. Para as mulheres, a literatura é mais do que um desejo pessoal, é um espaço de expressão e afirmação, a primeira área artística em Cabo Verde, além da música, onde elas ganharam espaço de intervenção pública. Publicar na coletânea "Mulheres e Seus Destinos" é gratuito, o que alarga o leque de participação.

Contas difíceis

Das iniciativas, percebe-se que, em todos os 15 casos, os projetos refletem as histórias de vida das mulheres que as lideram. A AMUPAUL, Associação das Mulheres do Planalto Leste, na ilha de Santo Antão, foi criada para superar a exclusão das mulheres das tomadas de decisão nas oito assciações existentes na região. O Planalto Leste localiza-se num dos municípios mais pobres do país. Cerca de 50 por cento da sua população vive abaixo do limiar da pobreza e este número chega a 63 por cento entre as mulheres, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística.

A estratégia da AMUPAUL, formada por 40 associadas, é criar um projeto como solução para cada problema. Atualmente, desenvolve iniciativas nas áreas de turismo sustentável, agroecologia e gastronomia, com financiamento de parceiros internos e exter-

ESCOLA DE DANÇA BALLET MILÁ- PORTO NOVO- CABO VERDE

> **“ À partida, não há um levantamento sobre estas atividades e os seus operadores e nem sobre a liderança feminina, em particular. ”**

nos. No entanto, o seu quotidiano é a gestão de contas difíceis. O emprego no alojamento turístico é sazonal, a seca reduziu drasticamente a produção de doces e licores e a emigração de mulheres deixa a associação desfalcada.

A sustentabilidade financeira é também o calcanhar de Aquiles da Xpressá Escola de Teatro, fundada pela professora e atriz Patrícia Silva na ilha de São Vicente. 2023/2024 foi o ano letivo mais intenso. Montou cinco turmas e um grupo de teatro residente, num total de 70 participantes, que apresentaram seis espetáculos e performances. Entretanto, não há garantias de que possam repetir essa dinâmica. A escola trabalha sem financiamento, quer de instituições públicas ou privadas, e os dois professores não recebem salário. Por outro lado, os dois professores têm empregos em outras áreas, o que limita a sua disponibilidade na montagem da grelha de horários. Neste cenário, não há possibilidade de abrir novas turmas, apesar da demanda. Com o curso de teatro do Centro Cultural Português do Mindelo suspenso em 2024, a Xpressá apresenta-se como única escola a oferecer cursos de introdução ao teatro a crianças, adolescentes e adultos na ilha de São Vicente.

Em termos de financiamento, há projetos que dependem dos editais do Ministério da Cultura para manter as portas abertas. Um exemplo é a Escola de Dança Ballet Milá, localizada no Porto Novo, em Santo Antão. Uma iniciativa criada em 2021 pela bailarina e professora Milena Tavares, hoje com 52 alunos, dos três aos 14 anos. A escola não garante o sustento da professora, que trabalha como guia turística para ter uma fonte de rendimento mais segura. Os seus únicos parceiros são o Ministério da Cultura, que lhe atribui uma subvenção, e a câmara municipal, que lhe cede um espaço para as aulas.

Outro exemplo é a Escola Dança & Arte, na cidade da Praia, uma iniciativa da bailarina e professora Gorreth Vaz, fundada em 2013. Trabalha com 145 alunos, entre crianças e adolescentes, além de um pequeno grupo de adultos. Desde 2014, a escola conta com o apoio do Ministério da Cultura. O programa Bolsa de Acesso à Cultura permite integrar 22 alunos de famílias de baixa renda que, de outro modo, não poderiam atender às aulas de dança. Este financiamento garante o pagamento do aluguer de um espaço para as aulas. Entretanto, a ambição da mentora da escola é a construção de um espaço próprio para expandir as atividades.

Expansão

Cinco projetos encontram-se em situação de estabilidade e com planos de expansão. É o caso da Mamdyara, uma empresa de produtos naturais e artesanais, fundada em 2004 por Roxana Monteiro Lima, natural da Argentina com raízes cabo-verdianas. Especialista em terapias naturais, fundou a primeira marca de cosmética natural de Cabo Verde. 20 anos depois, a meta é expandir a produção para atender à demanda, já que a marca está a angariar revendedores, como as lojas dos aeroportos internacionais, hotéis e centros de estética.

Na mesma linha, a Alliance Consult tem planos para chegar a outros mercados no continente africano. A empresa foi fundada por Ana Rita Pereira e Sara Pires, em 2022, unidas na vontade de aliar a gestão de projetos com a sustentabilidade ambiental e social. Trata-se de uma empresa de consultoria especializada em inovação, transformação digital, gestão da sustentabilidade e marketing, voltada para os PALOP. Até agora, desenvolveu projetos para empresas de Cabo Verde e Angola. A ambição é expandir a carteira de clientes para outros pontos do continente africano.

Expansão também é a palavra de ordem para Café Verde, uma cafetaria e casa de pasto localizada no Mercado Municipal de São Vicente. A fundadora e gerente Evelise Gomes trabalha exclusivamente com mulheres, tanto na aquisição de matéria-prima e produtos de pastelaria, como na equipa de funcionárias. 2024 é um ano para vencer desafios, nomeadamente a expansão do negócio para outras ilhas. Gomes tem intenção de abrir um Café Verde em Santo Antão e assim levar este conceito, que considera estar consolidado, para outros pontos do país.

Os regadios tradicionais em Angola e o crucial papel da mulher. O caso do Planalto Central

VÍTOR SERRANO
ENGENHEIRO AGRÓNOMO, MSC

“As mulheres rurais, um quarto da população mundial, cultivam a terra que alimentam nações inteiras mas não têm o mesmo acesso aos recursos, estão em pior situação do que os homens rurais e as mulheres urbanas como revelam todos os indicadores de género e desenvolvimento.”

Introdução

Esta é uma modesta homenagem às camponesas de Angola e em particular às do Planalto Central, cujos quotidianos árduos e penosos de tarefas e responsabilidades múltiplas, entre elas o trabalho nas parcelas agrícolas, incluindo as das baixas -*olonaka* (em língua *Umbundu*)- o autor testemunhou com admiração ao longo dos muitos anos que viveu no Huambo. Para além dos sólidos saberes e fazeres técnicos aplicados na cadeia de produção e consumo de alimentos, essas multitalentosas mulheres desmultiplicam-se diariamente numa infinidade de decisões e tarefas enquanto esposas, mães, irmãs, noras, educadoras, guardiãs de tradições e de patrimónios, líderes e garantes da segurança alimentar dos agregados familiares / domésticos (que frequentemente chefiam) e comunidades rurais; num papel triplo: productivo, reproductivo e comunitário.

O artigo é uma contribuição para o (re)conhecimento dos r*egadios tradicionais/ informais*[1], muitas vez denominados das *mulheres*. Está concentrado no que é o pilar central da agricultura de base familiar em Angola e no seu Planalto Central: o trabalho das mulheres, neste caso no uso do recurso natural terras de baixa e principalmente as olonaka, onde aplicam o seu capital de conhecimentos endógenos e experiência numa hábil gestão da terra e da água - agricultura de regadio- que permite a produção de alimentos diversos e nutricionalmente ricos na época seca. São numerosos os documentos sobre a agricultura em Angola, incluindo a familiar, mas raros são os que abordam os regadios d/na agricultura familiar, que permanece um tema insuficientemente (re)conhecido.

As extensas áreas em África onde milhões de camponeses aplicando o seu ancestral conhecimento técnico endógeno, usam uma diversidade de técnicas tradicionais de rega, nem sempre são consideradas nas estatísticas oficiais como regadios; quando de facto o são, considerando que há uma gestão da água pelo(a) agricultor(a), interferindo no seu fluxo natural com o objectivo de produzir alimentos; ou, como referem Carter e Danert (2006): *"a definição de irrigação deve ser ampla, abrangendo todas as abordagens para uma melhor gestão da água e do solo para melhorar a produção vegetal*". O total de tais áreas regadas de milhões de parcelas é quase sempre maior (e mais eficiente e eficazmente usadas) que

[1] Em oposição aos pequenos regadios clássicos ("formais") criados por governos ou agências de desenvolvimento

as dos modernos perímetros irrigados. Este é também o caso de Angola.

Dois recenseamentos agrícolas tiveram o mérito de considerar e quantificar os regadios da agricultura familiar – o da Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola (MIAA) no final dos anos 60, e, recentemente, o do Instituto Nacional de Estatística (INE). Cinquenta anos passados entre eles, há mudanças várias, mas continua a ser enorme, e em aumento, a extensão das terras regadas, a elevada percentagem das explorações familiares com rega, as variações geográficas (o Planalto Central no topo), a multiplicidade de técnicas e os associados utensílios básicos, provando a adequação. A apesar do seu direito à terra continuar restringido, mantém-se também a mulher a ter o trabalho principal, que na gestão do capital natural *olonaka* adquire uma relevância e destreza particulares.

A mulher e agricultura

As mulheres rurais, um quarto da população mundial, cultivam a terra que alimentam nações inteiras mas não têm o mesmo acesso aos recursos, estão em pior situação do que os homens rurais e as mulheres urbanas como revelam todos os indicadores de género e desenvolvimento.

Na África Subsaariana mais de 60% das mulheres são agricultoras; frequentemente as suas colheitas são baixas, não só devido a desastres ou à má qualidade do solo, mas muito por causa do seu género, ou, mais especificamente, por causa de uma densa rede de leis, políticas, programas e tradições que lhes conferem significativas desvantagens.

Se em todas as sociedades as mulheres são o pilar central, na agricultura familiar ainda o são mais dadas as múltiplas responsabilidades que assumem e as tarefas (penosas) que executam diariamente em diferentes domínios, o seu dinamismo fazendo delas veículos do desenvolvimento, da redução da pobreza (incluindo intergeracional) e da melhoria das condições de vida locais. Nos agregados domésticos chefiados por mulheres, há uma distinção, entre os chefiados *de jure* -viúvas, divorciadas ou separadas, sendo as mulheres reconhecidas e aceites como chefes de família pela comunidade- e *de facto* (marido ausente, muitas vezes migrado). Nestes casos a mulher vê a sua liberdade de acção condicionada pelos costumes socioculturais prevalecentes (Gomes e Satiaca, 2019).

No Planalto Central os agregados liderados por mulheres têm menor disponibilidade de terra (não necessariamente a menos fértil e a mais longínqua), de mão-de-obra e de informação, sendo menor o acesso a factores de produção; tudo isso resulta numa comparativamente menor produção. Por outro lado, e contrariamente às esposas, as mulheres chefes de família têm maior independência económica e segurança relativamente à posse de terra; e a liberdade para expor às autoridades tradicionais e representantes de instituições aquilo que pensam ser adequado e favorável para si e para o seu agregado (Tchikanha, 2011).

Em Angola, a questão fundiária foi alvo de vários quadros legais e regulamentares e um dos maiores desafios é a implementação da Lei de Terras (de 2004), fundamental para uma justiça de terras e de género. A ADRA (2020)[2] destaca os obstáculos das mulheres rurais herdarem terra dos progenitores, aumentando a sua vulnerabilidade social; ainda assim, asseguram a produção e os alimentos e criam rendimento e poder através de actividades não agrícolas e de participação em organizações de produtores. O relatório do IIMS[3] realizado em 2016, na secção "Empoderamento da Mulher" evidencia a vulnerabilidade da mulher rural em termos de escolaridade, saúde, maternidade e malnutrição dos seus filhos. Este panorama alimentar é também apresentado na versão preliminar da nova estratégia nacional de segurança alimentar que refere iniciativas para melhoria das condições de vida e empoderamento da mulher rural, enquanto agente da SAN[4]. A "Auscultação à Mulher Rural", iniciativa governamental, considera necessário programas de desenvolvimento rural que mudem o cenário de subalternização da mulher rural e do seu reduzido espaço de afirmação.

Numa análise do tema " *Mãe Terra, Terra Mãe*", Filipe (2015) menciona as "a*s mulheres que nos dão a vida, nos alimentam, fazem de nós seres úteis à sociedade, mas a quem somos depois incapazes de conceder um pedaço de chão – o tão merecido direito à terra*"; a inadequação das leis (incumpridas); limitações de herança; alguma evolução mas o não acesso às terras boas; conflictos a vulnerabilizar ainda mais as mulheres. A pouca sensibilidade das instituições para os gravíssimos e conhecidos problemas das mulheres rurais e a necessidade de acções

[2] ADRA - Associação para o Desenvolvimento Rural e do Ambiente. ONG angolana.

[3] O IIMS, Inquérito aos Indicadores Múltiplos de Saúde foi realizado pelo INE em 2015 e 2016. Foi publicado pelo INE em 2017.

[4] O Governo de Angola está a finalizar a ENSAN II – Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, existindo uma versão preliminar de trabalho, onde se refere o termo SAN- Segurança Alimentar e Nutricional.

concretas por vários ministérios a quem compete analisar holisticamente a situação da mulher no meio rural é destacada por Pacheco (2022).

"...quando escrevia pensava sempre: onde estão as mulheres? Onde estão as suas palavras? Achava que havia um silenciamento violento, tanto num tempo como noutro, que às vezes raiava a violência em relação ao papel das mulheres e das suas actividade. Porque com ou sem guerra, sem as mulheres, Angola não existia. Foram e são elas que conseguem pôr o quotidiano um pouco acima do limiar da tragédia. Se não há água, são elas que vão à procura. Se não há comida, são elas que inventam qualquer coisa. E continuam a trabalhar nos campos e a ser indispensáveis nas cidades. E, no entanto, a sua voz não aparece. Felizmente, nos últimos tempos, tenho notícia de algumas organizações de mulheres que contestam o poder masculino...Mas continua a haver enorme silêncio". Palavras de Paula Tavares[5].

A agricultura nas terras de baixa ("olonaka"). Angola e Planalto Central

Resultado dos saberes técnicos e tradições culturais, dos recursos hídricos e de terras, bem como da proximidade de mercados, são muito diversas as práticas tradicionais de rega em Angola em extensas áreas, por ex. as baseadas na recolha de águas pluviais e no desvio de pequenos caudais, as regas "recessiva" e "subterrânea" baseada no controlo da toalha freática. Estas áreas regadas na agricultura familiar, que foram claramente categorizadas como "rega" nos recenseamentos da MIAA (1971) e do INE (2022) não são consideradas nas estatísticas oficiais e internacionais sobre irrigação[6], o que é uma incoerência.

[5] Excertos retirados da entrevista a Paula Tavares e publicada em artigo - Poesia, Corpo e Liberdade - do *JL Jornal de Letras Nº 139*. págs. 15-16. Abril 2024.

[6] Segundo dados da ICID (International Commission on Irrigation and Drainage), World Irrigated Areas 2021, a área total regada em Angola seria de 86.000 ha representando 1,7% do total da área cultivada.

As informações seguintes resultam duma primeira análise dos relatórios da MIAA e INE, limitada pelo tempo e pela dificuldade da comparação: diferente unidade geográfica de análise, imprecisão na definição de categorias e dados publicados insuficientes.

As olonaka no Planalto Central: recurso – capital natural parte dos meios e modos de vida

A *onaka* é normalmente a lavra mais pequena, a mais difícil de trabalhar, mais produtiva e a mais variada em termos de culturas que os agregados domésticos cultivam, aquela que é usada na época seca com rega e drenagem prévia, sendo fundamental no escalonamento da produção e na segurança alimentar e nutricional (e hídrica), o que a torna muito valiosa e muito procurada. Ainda mais porque as primeiras colheitas ficam disponíveis -para autoconsumo e venda- numa altura que começam a escassear as reservas alimentares. Contudo, nem todas as explorações familiares a ela têm acesso dada a limitada disponibilidade.

Não se conhecem documentos específicos sobre as *olonaka* - regadios tradicionais. Várias publicações abordando outros tema, contêm um maior ou menor detalhe (Serrano, 2013). Entre eles, e para além das citadas neste artigo, os estudos de vulnerabilidade do PAM/WFP (2005 e 2006), avaliações da FAO (início 2000s)[7], e os estudos e boletins da FEWS NET[8].

[7] Após o final do conflicto interno em Angola (2002) o PAM / WFP (Programa Alimentar Mundial / World Food Program) efectuou avaliações da vulnerabilidade, produzindo material que ainda hoje é útil, caso de vários mapas temáticos. Também a FAO (Organização para a Alimentação e Agricultura) gerou informação relevante no âmbito de missões de avaliação da situação agrícola e alimentar.

[8] A FEWS NET (Famine Early Warning System Network), efectuou no passado estudos inovadores (eg. a zonagem dos meios de vida) e continua a ser uma fonte regular de informação sobre a situação de segurança alimentar em Angola através dos seus vários boletins regionais ou por país, para a região da África Austral.

OLONAKA" NOS ARREDORES DO HUAMBO, JUN.2022 (GOOGLE EARTH)

“A eliminação das disparidades entre homens e mulheres na agricultura e empoderamento destas exige medidas consistentes e continuadas em três frentes - direito à terra, acesso a serviços e conhecimento e poder de decisão; medidas contextualizadas, através de acções educativas que envolvam homens e mulheres”

Os desafios. Conhecer e apoiar.

CONHECER MELHOR…

Ainda que insuficientemente, conhece-se mais sobre o recurso natural *onaka* (pouco, ainda assim) do que sobre o seu uso pelos camponeses; e ainda menos pelas camponesas, aquelas que são chefes de família (*de facto ou de jure*) e as outras, que são a maioria. Principalmente através de inquéritos de campo, é necessário conhecer melhor questões como a posse da terra, acesso a recursos, trabalho, sobrecargas, apoios da família, poder de decisão sobre a produção, etc. e como é que têm evoluído no espaço (rural vs periurbano) e no tempo, no seguimento de conflictos, choques internos e externos (climáticos e económicos), riscos e adaptações. O que é específico nas olonaka e seus regadios e distinto das demais lavras? O que é diferente entre os agregados chefiados por homens e por mulheres?

Em paralelo, impõe-se uma análise detalhada da informação secundária, por ex, os dados publicados e os outros, do INE e da MIAA; e dos resultados de avaliações (eg. o impacto nas mulheres, especificadas como um "grupo-alvo", de múltiplos projectos rurais), bem como desenvolver projectos de pesquisa aplicada. O ganho de conhecimento, contribuiria para um reconhecimento e adicional valorização, da mulher e do seu regadio; e confirmaria que as terras de baixa regadas são também um espaço de realização e de afirmação do poder da mulher, onde tem a responsabilidade maior; e crescente, num panorama de feminização da agricultura.

Para melhor apoiar

A eliminação das disparidades entre homens e mulheres na agricultura e empoderamento destas exige medidas consistentes e continuadas em três frentes - direito à terra, acesso a serviços e conhecimento e poder de decisão; medidas contextualizadas, através de acções educativas que envolvam homens e mulheres, tendo como ponto de partida as suas necessidades e interesses específicos; complementadas por iniciativas de apoio exclusivo à mulher. Há evidências de que quando as agricultoras africanas têm igualdade de oportunidades e poder, produz-se uma grande colheita de desenvolvimento.

Como ferramenta de diagnóstico, de monitorização e de apoio à formulação de projectos foi criado há poucos anos o *Índice de Empoderamento das Mulheres na Agricultura (IEMA)*, que tem sido aplicado em numerosos países para distintas temáticas, eg. na abordagem da crucial relação bidirecional agricultura – saúde, que tanto afecta o bem-estar e a produtividade os agregados rurais. Recomenda-se o seu uso.

Vários países da região desenvolveram orientações técnicas e de gestão básicas sobre o uso das terras de baixa e a estabilidade da sua saúde ecológica (Kotze e Wood, 2021), as quais Angola deverá aproveitar. Entre elas: praticas agroecológica, regulamentações e mecanismos de controlo e gestão dos recursos na bacia hidrográfica, monitorização da situação em sítios "sentinela" específicos.

Diversas acções são possíveis de apoio indirecto aos regadios informais (e a quem os "opera"), por exemplo integrando informação sobre a sua contribuição para a SAN nas estratégias, nas avaliações de vulnerabilidade, nas estatísticas oficiais, nos sistemas de informação e monitorização, e igualmente nos curricula de estudos agrários.

As *terras regadas* são apenas uma parte do muito mais amplo sistema agrário e meios de vida dos agricultores familiares onde o problema da terra é fundamental e requer respostas. A começar por uma lei, que garanta uma justiça no direito à terra pelas mulheres e raparigas e que seja antecedida por uma nova política de terras, como refere Filipe (2015) no seu magnífico livro, onde sobre o valor da *onaka* escreveu:

..."não pediu a mão da noiva sem que antes tivesse assegurado um pedaço de terra. Fê-lo pela via do mercado informal de terras, porque procurava um pedaço de "naca" que lhe rendesse frutos em pouco tempo. Cultivava três épocas de tomate ao ano para comercialização e as primeiras receitas foram investidas na compra de uma motorizada. ....era importante chegar a casa dos futuros sogros ao som do roncar da mecânica...esse era no município a principal indicação que o homem tem e sabe trabalhar a terra; sogro algum o rejeitaria".

Referências

ADRA (2020) – *A participação da mulher na produção agro-pecuária familiar. Um estudo de caso nas províncias de Benguela e Cunene*. Luanda

Carter, R. & Danert. K. (2006) - *FARM-Africa Ethiopia: Planning for Small-Scale Irrigation Intervention*. Farm-Africa Working Papers Series Nº4. UK

Diniz, A. (1973) – *Características Mesológicas de Angola*. MIAA, Série Estudos Nº2. Nova Lisboa

Fakoya, E. et al (2010) – *Gender involvement in Fadama farming for sustainable food security in Ogun State*.

Filipe, P. (2015) – *Nós e a Nossa Terra. Mitos e percepções sobre a nossa relação com a terra*. Luanda, Damer Gráficas, SA.

Gomes, A. e Satiaca, C. (2019) - OKULIMA KUVALA. *Campesinato e meios de vida no Munício de Cacula, Província da Huíla, Angola*. ISPT, Governo Provincial da Huíla – Administração Municipal da Cacula e UJES.

INE (2022) – R*elatório dos Resultados das Explorações Agro-Pecuárias, Piscatórias e Aquícolas Familiares*. Vol. III. RAPP 2019-2020 Recenseamento Agro-Pecuário e Pescas. INE, MEP e MINAGRIP. Luanda, Setembro 2022.

Katiavala, I, Rodrigo, I. e Correia, M. (2020) - *O processo de diferenciação socioeconómica de camponeses e agricultores familiares do Huambo: um estudo de caso da aldeia Capunge, Municipio da Caála*. Em: Angola. Agronomia e Recursos Naturais. CENTROP – Centro de Estudos Tropicais para o Desenvolvimento. ISA Press

Kotze, D. & Wood, A. (2021) - *Assessing the Long-Term Ecological Sustainability of Dambo Cultivation in Southern Africa: Ten-Year Case Studies from Zambia and Malawi*. Society of Wetland Scientists 2021. Wetlands in the Developing World.

Mendelsohn, J. and Mendelsohn, S. (2018) – *Sudoeste de Angola. Um retrato da terra e da vida (Southwest of Angola a portrait of land and life)*. RAISON. John Meinert Printing, Windhoek, Namíbia.

MIAA (1971) - *Recenseamento Agrícola de Angola XXIX – Planalto Central (Zona Agrícola Nº 24). 1ra Parte: Agricultura Tradicional*. 1964-1965. Ministério do Ultramar

Nyamadzawoab, G. et al (2014) - *Optimizing dambo (seasonal wetland) cultivation for climate change adaptation and sustainable crop production in the smallholder farming areas of Zimbabwe*. International Journal of Agricul-

tural Sustainability. ICRISAT.

Nyirenda, Rhoda (2020) - "Gendered Access to Wetland Gardens (Dimba) in Northern Malawi". West Virginia University. Graduate Theses, Dissertations, and Problem Reports.

Pacheco, F. (2022) – *Conversas interpelantes na Mulemba*. Kacimbo Editora. Colecção Afluentes. Luanda.

Serrano, V. (2013) – *Pequenos regadios em Angola. O caso específico dos regadios tradicionais: panorama nos finais dos anos 60. Oportunidades e desafios*. Reunião da ASSESCA (Associação das Instituições do Ensino Superior Agrário). Huambo.

Tchikanha, M.C. (2011) - *Mulher, Trabalho e Agricultura. Um estudo de caso no Planalto Central angolano*. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Engenharia Agronómica. ISA, UTL.

Modos de ver

Um novo Tchiloli

FOTOGRAFIAS E TEXTO DE DÁRIO PEQUENO PARAÍSO

Um grupo de raparigas da Cachoeira, em São Tomé e Príncipe, resolveu interpretar o Tchiloli, numa versão totalmente feminina.

O Tchiloli é uma peça teatral inspirada no textos mediáveis - Tragédia do Marques Mantua e do Imperador Carloto Magno - escrita por Baltasar Dias no século XVI. Existem cerca de 15 grupos e todos eles apenas têm homens a interpretar todos os papéis, inclusive os papéis femininos.

Este grupo jovem de raparigas entre os 16 e os 24 anos mudam o paradigma da peça e do seu papel na sociedade. Formado há cerca de cinco anos, enfrenta alguns constrangimentos na sua emancipação e importância na representação e consolidação da própria peça.

"Tchiloli apenas para homens ou Tchiloli também para mulheres?"

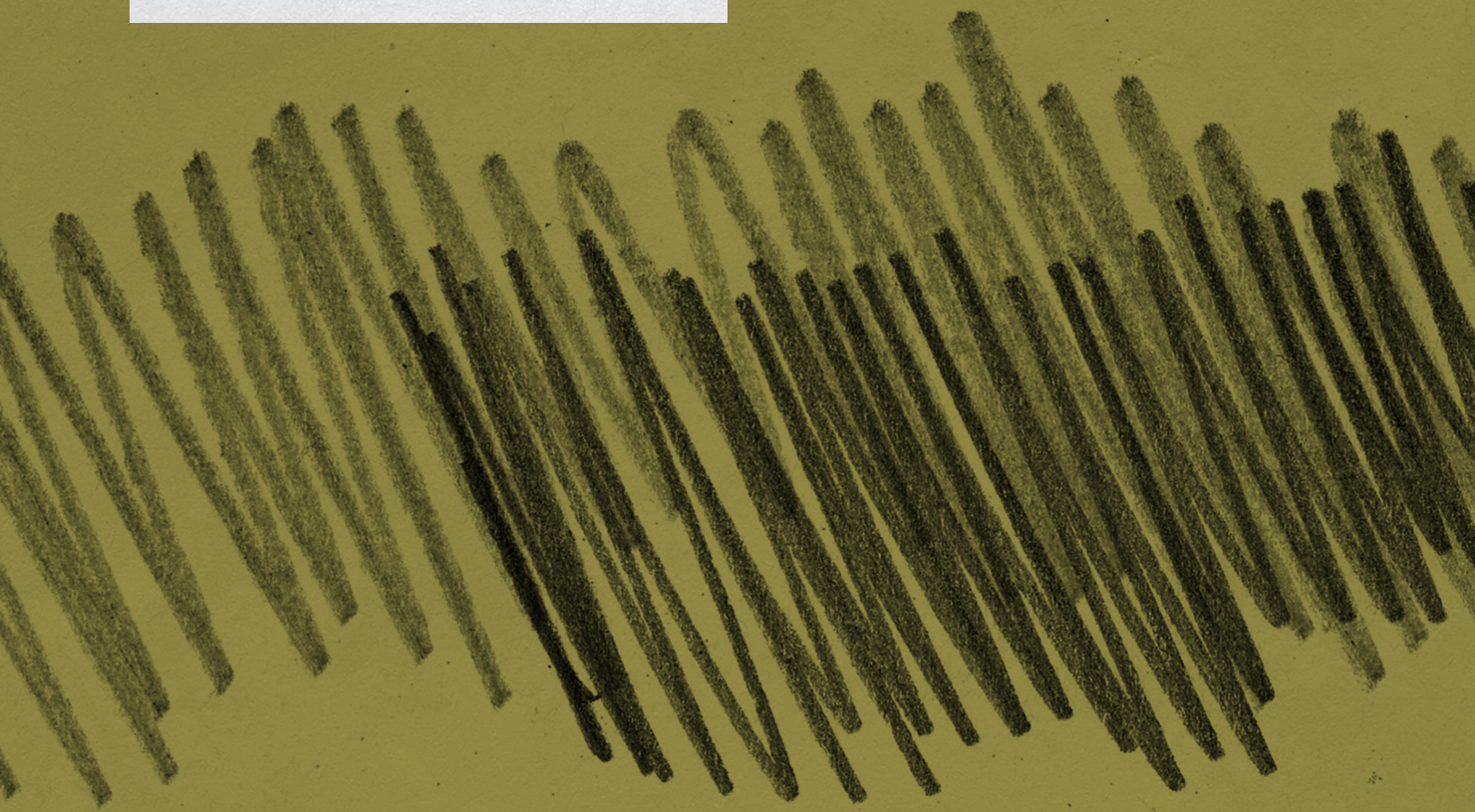
Um novo Tchiloli

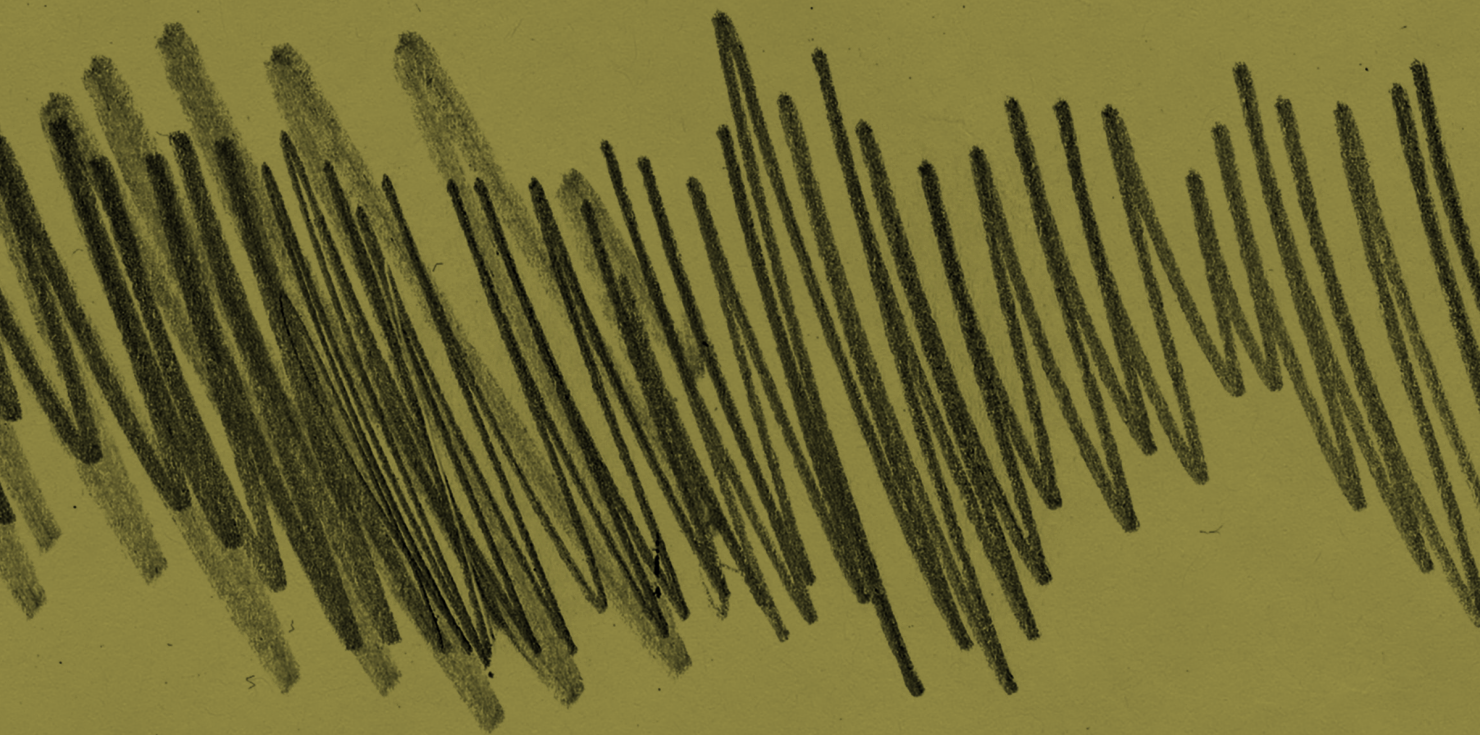
Um novo Tchiloli

Modos de ver

Um novo Tchiloli

Narrativas





Mulher, essa cadeira é maior do que tu!

TEXTO DE PAULA BORGES
FOTOS CEDIDAS PELA AUTORA

Carla Semedo enche as palavras de determinação e esperança realista. Cabelo cuidadosamente entrançado, filha orgulhosa de cabo-verdianos de Santiago, é Vereadora da Câmara Municipal de Cascais. Confessa que ficou perplexa quando lhe disseram "és a primeira mulher negra com pelouros numa autarquia". É inevitável questionar-se, como "é que ainda não há mais representatividade em lugares de decisão em Portugal?".

No gabinete dos Paços do Concelho, a poucos metros da baía da emblemática vila, partilha como as pessoas mais velhas da comunidade africana – os tios e tias – ficam felizes com o seu percurso. "Isto não é sobre ti", pensou logo que chegou. "Não estou aqui sozinha, venho com os meus ancestrais, a história de vida dos meus pais, do meu irmão, as minhas filhas".

Licenciada em Psicopedagogia Curativa, Carla Semedo é responsável pela Saúde, Solidariedade Social, Direitos e Inovação Social. Foi eleita em Outubro 2021 depois de ter sido convidada para integrar o Gabinete da Presidência da Câmara, como adjunta do Presidente, para implementação e dinamização do projeto Vida Cascais, uma rede inovadora e pioneira. O ob-

jectivo é facilitar o usufruto de direitos sociais, mediante o acesso a um Serviço Local de Saúde e de Solidariedade Social num esforço conjunto entre o estado central, o estado local, parceiros sociais e sociedade civil, com vista a uma maior equidade e coesão social.

O convite de Carlos Carreiras surpreendeu-a, mas aceitou. Carregava a experiência de mais de 20 anos de trabalho com diversas associações e instituições cívicas e do setor social como gestora, dirigente ou simplesmente como voluntária. Carla Semedo esteve na Casa Sol, que acolhia crianças seropositivas, num momento de enormes desafios no campo do VIH/SIDA e depois na Casa da Criança de Tires, onde vivem filhos de reclusas. Foi trabalho emocionalmente duro que lhe deu bases para este serviço público de proximidade. Abrangente. "Encontramos as pessoas na rua, somos avaliados diariamente pelas políticas, decorre da auscultação, conseguimos perceber o impacto nas condições de vida".

Tem consciência de ser um privilégio este lugar de liderança num município com recursos, mas com desigualdades, que é mais do que praias, casas bonitas e glamour. "Há várias realidades de Cascais e a vereadora é de todas", realça esta mulher de resposta pronta, riso sonoro, que tem aprendido a temperar sem perder a identidade. É cidadã de um país onde, reconhece, há racismo estrutural. Sentiu-o ao longo de toda a vida. Não pode fechar as portas a quem, com percurso idêntico, aqui chegará. Nunca validar o preconceito sobre o lugar de onde vem. "A primeira imagem é de uma mulher negra de tranças, não da competência (…). O que foi definido como estratégia é isso que quero deixar como semente".

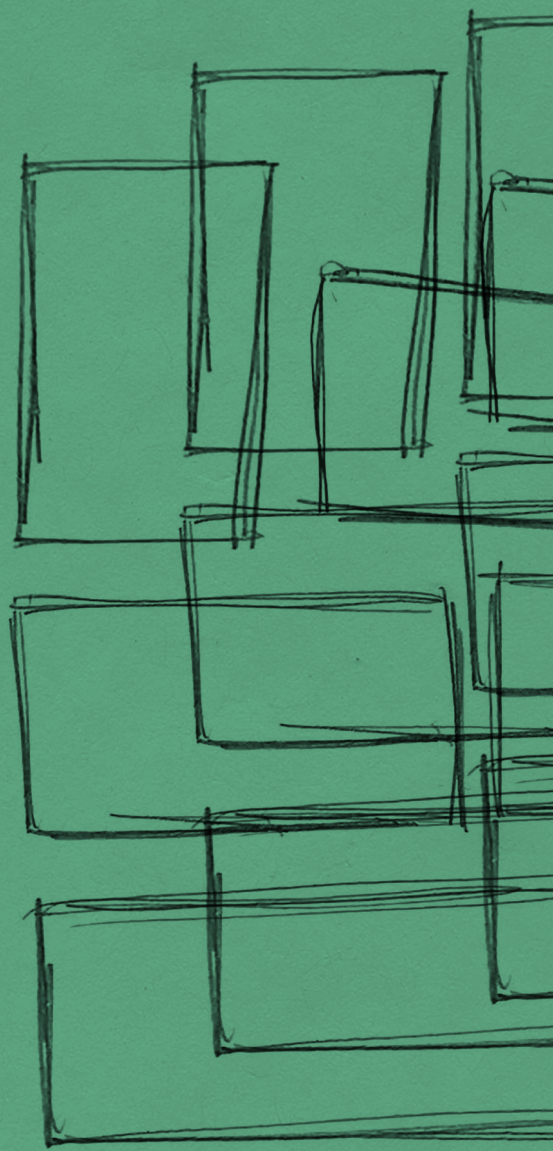
Revela como é bom trabalhar com Carlos Carreiras que desafia a "pensar fora da caixa". "Costuma dizer que Cascais são 97 km2 de laboratório de inovação social". Investe-se nos mais novos, sobretudo das zonas mais desfavorecidas, para que saibam que os "horizontes não estão limitados ao bairro". Que a sua voz é ouvida e que há outras ferramentas de manifesto e audição. "Trabalhamos nos caminhos possíveis para que possam sonhar".

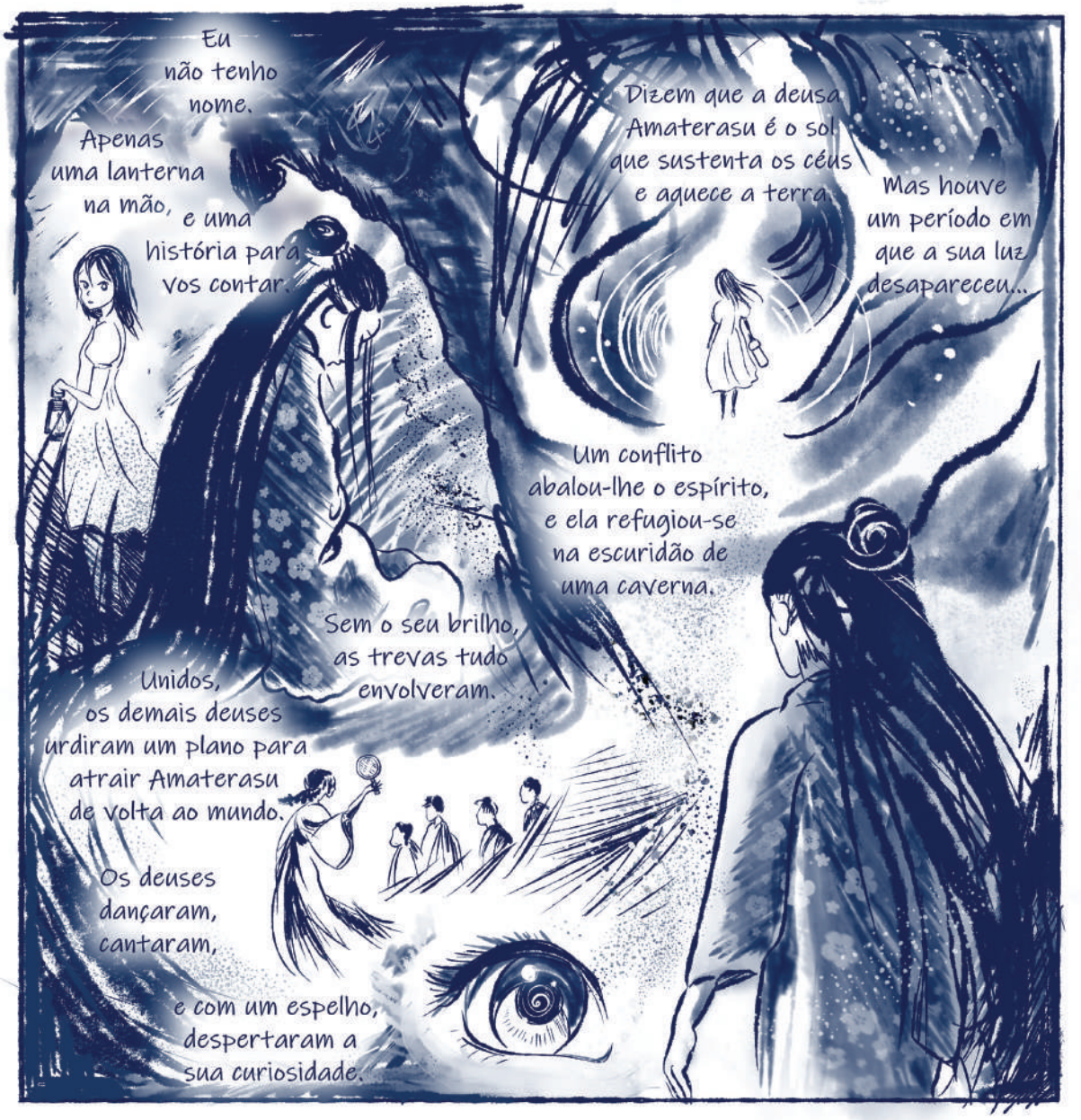
Neusa Sousa é comunicadora, repórter do programa Bem-Vindos da RTP-África. Chegou de S. Tomé e Príncipe com dez anos. É também negra, filha de uma mãe solo, como designa as mulheres que, com ou sem parceiro, assumem a responsabilidade da família. Deste grupo faz parte a sua mãe e, ironicamente, ela própria. Foi essa a motivação para – grávida de 8 meses – "enfrentar o medo de reproduzir a realidade" que a rodeava. Já tinha criado um blogue na faculdade, mas atirou-se para o Chá de Beleza Afro, hoje transformado numa plataforma que dá visibilidade e potencia o empreendedorismo de mulheres negras. E concorda com a vereadora Carla. Aqueles que vencem a cadeia do desprivilégio não são melhores do que os outros. "Não

sou especial", afirma. "Tive uma mãe atenta que dizia 'filha, estuda!', tive os professores certos. Fez – seguindo o rumo tantas vezes indicado aos alunos afrodescendentes – um curso técnico-profissional de gestão de turismo. Destacou-se e alguém acreditou e fê-la acreditar. "Fui a primeira da minha família a ir para a Faculdade". Sinaliza, no entanto, a grave crise na educação. "A meritocracia é uma falácia. Quem tem dinheiro tem mais facilidade", defende Neusa que se considera "uma líder social, empática", com confiança no impacto das políticas públicas.

Sónia Oliveira não teoriza sobre aquilo que lhe marca a vida desde a adolescência: uma espécie de liderança informal, própria de quem se atira ao trabalho em prol do coletivo. Pertence, desde o início, ao Grupo Comunitário do Bairro da Horta Nova, criado há 30 anos por impulso do sócioeconomista Rogério Roque Amaro, na freguesia lisboeta de Carnide. "Eu sou a pessoa que sou graças a este grupo". Diz que "o bairro" (onde vive desde o nascimento) sempre resolveu problemas na luta. Foi assim quando passaram dos pré-fabricados para os apartamentos; para garantir que o autocarro não passava ao longe; com a escola; com as hortas que conseguiram legalizar, num trabalho conjunto com a presidente da Junta de Freguesia, Maria Vilar. Sónia lembra-se bem do primeiro combate cívico. Ainda na primeira fase do bairro – em estruturas provisórias lindas no olhar de menina – Sónia juntou-se aos miúdos-família com quem jogava ao elástico, às escondidas. Inspirados por um filme, quiseram limpar o bairro. Ruas, paredes, tudo! À noite engendraram o plano. Iam fazer o mesmo. "No dia a seguir, vinte e poucos miúdos, invadimos a Junta e dissemos que queríamos criar uma associação. Sentaram-nos numa mesa gigantesca, com a assistente social, a Isabel Vieira, e perguntaram o que pretendíamos". Ajudaram-nos. Este envolvimento "ensinou-me a não baixar os braços, a ser uma pessoa melhor, a olhar para o lado", afirma Sónia que já aponta os próximos objectivos: melhorar a higiene urbana e resolver os problemas das obras no bairro. A próxima reunião será, como sempre, na última quarta-feira do mês.

Ecos gráficos



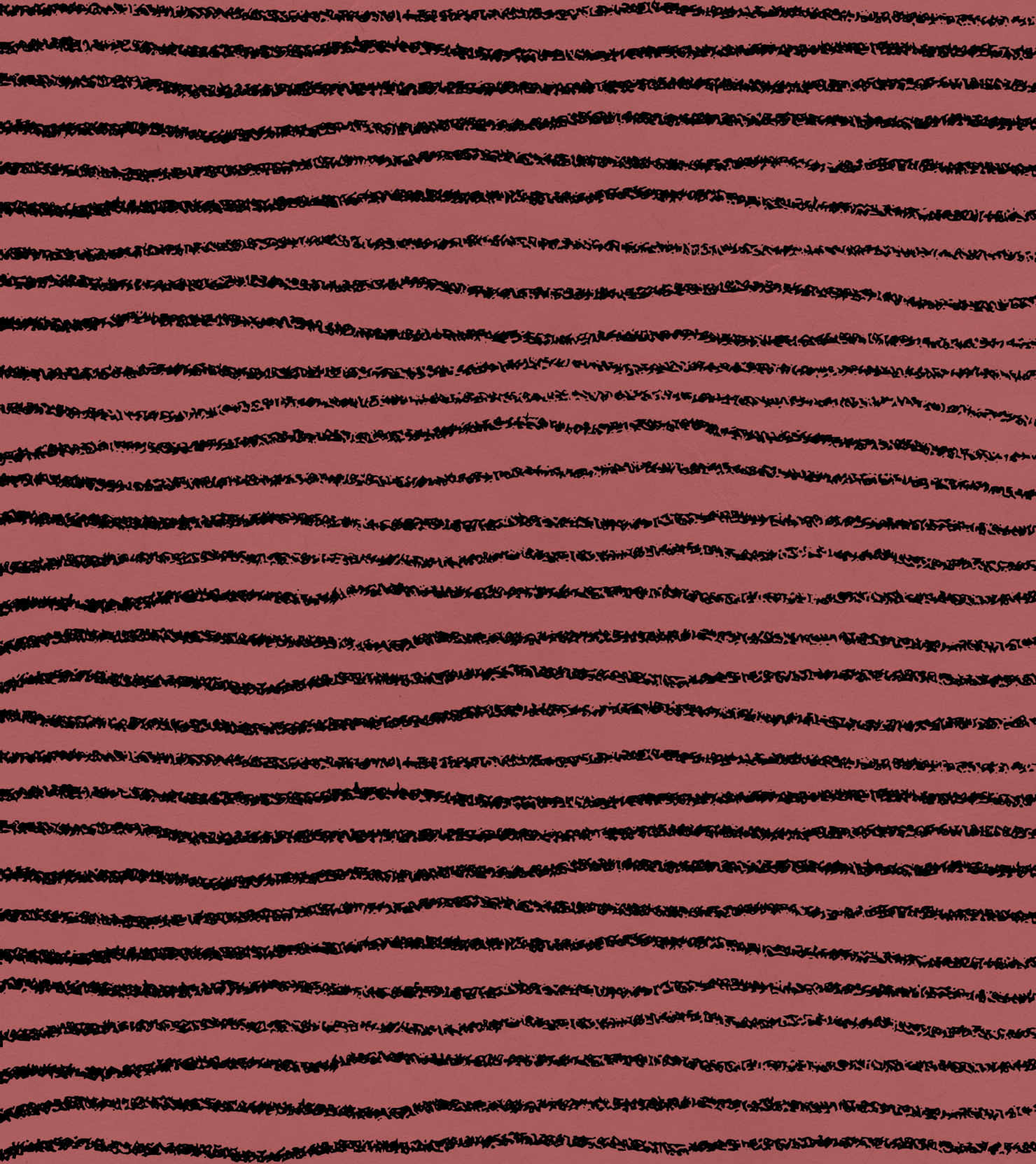

Eu não tenho nome.
Apenas uma lanterna na mão, e uma história para vos contar.
Dizem que a deusa Amaterasu é o sol que sustenta os céus e aquece a terra.
Mas houve um período em que a sua luz desapareceu...
Um conflito abalou-lhe o espírito, e ela refugiou-se na escuridão de uma caverna.
Sem o seu brilho, as trevas tudo envolveram.
Unidos, os demais deuses urdiram um plano para atrair Amaterasu de volta ao mundo.
Os deuses dançaram, cantaram,
e com um espelho, despertaram a sua curiosidade.

Na superfície desse espelho, dançavam inúmeras outras histórias,
Cleopatra
Jeanne d'Arc
Brites de Almeida
Dandara dos Palmares

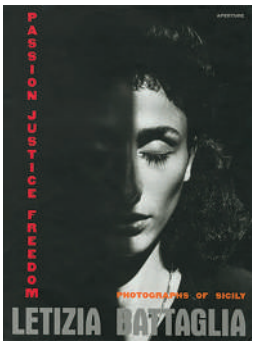
Fatima al-Fihriya
fragmentos espalhados no tempo e por todos os lugares.
Yannenga
Shi Xianggu

Susan B. Anthony
Alexandra Kollontai
Sarojini Naidu
VOTES FOR WOMEN
Emmeline Pankhurst
E então,
Amaterasu saiu
da caverna.
O mundo,
enfim, renasceu
com a sua luz,
acendendo
novas chamas
nas lanternas
que guiam os nossos
passos incertos
através a escuridão.

Escaparate



Letizia Battaglia: Passion Justice Freedom



Aperture Foundation, 1999

LIVIA APA

Consta que pouco antes de morrer Letizia Battaglia tenha emitido um grito. Um último gesto para cortar o silêncio, quase metáfora do sentido profundo da sua experiência terrena construída quebrando limites, retratando a violência, fosse ela da máfia, da injustiça ou dirigida contra as mulheres. Fotografou incansavelmente mulheres, poucos homens entre os quais o intelectual italiano mais erético Pier Paolo Pasolini, gostava especialmente de tirar retratos de meninas naquela idade de passagem por volta dos dez anos em que elas já não são exatamente crianças e em que se preparam a uma certa perda de inocência, muitas vezes abrupta, devido, em alguns casos, a um certo olhar masculino que logo capta a mudança do corpo.

Letizia Battaglia estava convencida que as mulheres tinham o dever, não apenas o direito de entrar em jogo, de estar presentes mesmo na administração do poder. A forma como as mulheres geriam o poder, mesmo dentro do sistema da máfia, sempre cativou a atenção dela. Numa entrevista declarou que "*os homens sozinhos não conseguem mudar o mundo porque falta a outra parte do mundo e o que é preciso governar juntos.*". Um mundo em comum, livre dos vestígios de uma cultura patriarcal que ela experimentou na sua própria carne, tanto na educação familiar como durante o seu primeiro casamento. Dessas duas experiências ficou uma marca que a levou não apenas a ser sempre solidária para com as mulheres, mas também curiosa de todas as formas de vida que elas são capazes de tecer na sua cidade, Palermo, como no resto do mundo. Letizia Battaglia nunca foi uma feminista de teorias porque

nunca lhe interessou uma teoria que não estivesse ligada à acção e à capacidade de produzir mudança dentro da sociedade. Foi nessa perspectiva que se aproximou à fotografia que nunca foi para ela um mero exercício estético ou apenas técnica, mas sim um instrumento cultural através do qual intervir na sociedade. Nasceu e viveu quase sempre em Palermo, uma realidade extrema como a definiu o juiz anti-mafia Roberto Scarpinato e foi graças ao imenso arquivo das fotos da Letizia que esse juiz conseguiu comprovar as amizades suspeitas de um dos mais influentes políticos italianos do século XX, Giulio Andreotti, conseguindo levar a tribunal. Letizia trabalhou durante muitos anos no jornal *L'Ora* e através das fotos mostrou o escândalo da persistência da miséria para que ninguém olhasse mais de lado. É famosa uma foto dela tirada nos anos 70 de uma mãe sentada na sua casa levando ao colo um bebé com os dedos comidos por uma ratazana. A crueldade da máfia foi outro foco, numa época em que se matavam friamente homens de lei e políticos, momento que chegou ao acme com as mortes por explosivo TNT dos juízes Giovanni Falcone e Salvatore Borsellino em 1992. Com as mulheres a fotógrafa organizou o movimento das mulheres contra a máfia, a associação *Mezzocielo*, que promoveu o protesto dos lençóis brancos expostos às janelas para manifestar contra as mortes de máfia que se tornou viral em todo o país. Entrou também na vida política quando Leoluca Orlando, o "Presidente da Câmara Sonhador", a convidou para ser vereadora da cultura. Lutou para que a cultura fosse para todos. Lutou para abrir o Centro Internazionale di Fotografia que hoje tem o seu nome e que coordenou até a sua morte em 2022.

Nesses dias Letizia Battaglia teria acabado 90 anos. Nunca foi tão homenageada, como agora. O Jeu de Paume acaba de organizar uma exposição no Château de Tours no momento em que acaba de fechar outra na Photographers' Gallery di Londra. Muitas as publicações (catálogos, livros de entrevistas, estudos, testemunhas) sobre a sua fotografia.

Esse *Letizia Battaglia: Passion Justice Freedom* foi o primeiro catálogo internacional sobre a sua arte abrindo com chave de ouro a porta para um maior reconhecimento da sua obra poética escrita pelos seu inconfundível olhar.

Mulheres Invisíveis – Como os Dados Configuram um Mundo Feito para os Homens

Relógio D'Água
2020

ANA FILIPA OLIVEIRA

Desde um passado longínquo, o papel da mulher na evolução da humanidade, quer a nível cultural quer biológico, tem sido marcado por silêncios, por contraste às vidas dos homens que representam a generalidade das vidas dos humanos. Como sublinha a autora logo no início de *Mulheres Invisíveis*, "esses silêncios estão por todo o lado. (...) Tudo está marcado – desfigurado – por uma 'presença ausente' de forma feminina".

Neste livro, a jornalista e activista britânica Caroline Criado Perez apresenta um estudo muito aprofundado sobre a forma como a ausência de dados específicos sobre as mulheres leva à criação de um mundo desenhado à medida dos homens, desde sempre. A obra expõe as desigualdades estruturais causadas por essa "lacuna de dados de género" e demonstra como isso afecta as mulheres, desde o urbanismo à saúde e ao mercado de trabalho.

O livro está dividido em seis partes, abordando diferentes esferas da sociedade onde a negligência em relação aos dados femininos tem impactos negativos. A autora usa exemplos práticos e estatísticas que demostram como as políticas públicas, o design de produtos e até mesmo a investigação científica frequentemente ignoram as diferenças de género. Há aqui três temas que surgem de forma recorrente – o corpo feminino, o fardo das mulheres enquanto cuidadoras não remuneradas e a violência masculina contra as mulheres.

Um aspecto relevante é a análise sobre a segurança e a saúde das mulheres. Caroline Criado Perez demonstra como testes de segurança em automóveis utilizam maioritariamente mane-

quins baseados em corpos masculinos, resultando em um maior risco de ferimentos graves para as mulheres caso ocorra um acidente de carro. Da mesma forma, ela expõe como os sintomas de ataques cardíacos femininos são menos estudados, o que leva a diagnósticos tardios e tratamentos menos eficazes.

Outra dimensão trabalhada pela autora tem que ver com a distribuição de responsabilidades domésticas e de cuidados que têm impacto na participação das mulheres no mercado de trabalho. A ausência de políticas que levem em conta essa realidade perpetua desigualdades salariais e de oportunidades.

No capítulo sobre os direitos das mulheres enquanto direitos humanos, Caroline Criado Perez apresenta dados que demonstram que a presença das mulheres na política tem impacto na promoção e defesa dos direitos humanos. Uma análise ao impacto da representação feminina em 19 países da OCDE entre 1960 e 2005 demonstra que as mulheres na política têm maior probabilidade de atender aos problemas que afectam o universo feminino. Mostra, por exemplo, que o aumento de apenas um ponto percentual de mulheres legisladoras aumenta o rácio de despesa educativa (o que aconteceu na Grécia, Portugal e na Suíça, por exemplo).

Numa linguagem simples, mas não simplista, acessível e didática, a jornalista intercala dados científicos com relatos e exemplos do quotidiano. A obra tem uma tónica marcadamente feminista e denuncia a desigualdade de maneira contundente, mas exageros. A base empírica dos argumentos é o ponto mais forte desta obra, porém não se tendo limitado a discursos ideológicos sobre o tema. Este facto torna *Mulheres Invisíveis* um livro essencial não apenas para quem se interessa por feminismo, mas também para profissionais de diversas áreas, nomeadamente para quem desenha políticas públicas.

O livro propõe ainda uma mudança de paradigma (urgente) para a construção de um mundo mais justo e que promova a igualdade de género. É de leitura fundamental para quem deseja entender e combater a desigualdade de género de forma concreta e desconstruir estereótipos de maneira fundamentada.

Conselho Editorial

ALEXANDRE ABREU

Economista, licenciado e mestre pelo ISEG (ULisboa) e doutorado pela SOAS (U. Londres). É professor no ISEG, faz parte da coordenação do Doutoramento em Estudos de Desenvolvimento e integra a direção do CEsA - Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento. Foi ODI Fellow em Timor-Leste (2013-15), assessor do Ministério das Finanças de Timor-Leste (2015-16) e consultor do Secretariado do g7+ (2016-18).

ANA FILIPA OLIVEIRA

Trabalha na ACEP, desde 2009, onde desenvolve projectos na área da comunicação, advocacia e direitos humanos, após uma passagem pelo jornalismo em Macau. Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa, é licenciada em Jornalismo pela Universidade de Coimbra.

CARLOS SANGREMAN

Licenciado em Economia no ISEG e doutorado em Estudos Africanos no ISCTE. Professor aposentado na Universidade de Aveiro e investigador e dirigente do CEsA – Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina. Tem desenvolvido consultoria internacional nos PALOP e Timor-Leste. Foi assessor para a cooperação do MTSSS (1998/03). É autor de artigos e livros sobre as temáticas do desenvolvimento.

FÁTIMA PROENÇA

Directora da ACEP, intervém desde a década de 80 na cooperação não governamental, nomeadamente com instituições guineenses, tendo coordenado a Rede de Solidariedade com a Guiné-Bissau durante o conflito de 1998/99. Tem dinamizado processos de investigação/acção em África e de advocacia na sociedade portuguesa, em colaboração com pessoas e organizações da sociedade civil europeias e africanas.

LIVIA APA

Nasceu em Nápoles. É investigadora, com trabalho na área dos estudos culturais dos países de língua oficial portuguesa. É também tradutora, tendo publicado em italiano, entre outros, Mia Couto, Ondjaki, Ruy Duarte de Carvalho, Mário Cesariny, Ana Luísa Amaral, Ana Paula Tavares. Faz parte da direcção da ACEP. Colabora com a revista *Gli Asini* de Roma.

Conselho Consultivo

ALAIN CORBEL

Nasceu na Bretanha, onde foi trabalhador agrícola por algum tempo. Escreveu e ilustrou dezenas de livros, principalmente em Franca e Portugal. Colabora regularmente com a ACEP, bem como outras ONG africanas para as quais organiza oficinas de Ilustração. É professor de Ilustração no *Maryland Institute of Art College* em Baltimore (EUA). alaincorbel-cos.blogspot.com / noticiasdoquelele.blogspot.com

ANTÓNIO TOMÁS

Doutorado em Antropologia pela *Columbia University*. É coordenador do programa de Mestrado em Urbanismo do Sul do *African Centre for Cities University of Cape Town*. É ainda colunista no *Público*.

CONCEIÇÃO LIMA

Nasceu em 1961 em Santana, São Tomé e Príncipe. É jornalista e poetisa. A trabalhar presentemente na *TVS*, foi jornalista e produtora dos Serviços de Língua Portuguesa da BBC, em Londres. É licenciada em Estudos Africanos, Portugueses e Brasileiros pelo *King's College* de Londres e possui o grau de mestre em Estudos Africanos, pela *School of Oriental and African Studies*, de Londres. Pela Editorial Caminho, publicou *O Útero da Casa* (2004), *A Dolorosa Raiz do Micondó*, (2006) e *O País de Akendenguê* (2011).

CARMELIZA ROSÁRIO

Investigadora, com especialização no domínio da pobreza e desenvolvimento social em Moçambique. Tem conduzido pesquisa em diversos sectores sociais, incluindo saúde, educação, bem como impacto da infraestrutura no bem-estar social. A sua pesquisa presta particular atenção à representação e ao desenvolvimento económico e social, e direitos de grupos vulneráveis, incluindo mulheres, pessoas com deficiência e idosos.

GERALDO MARTINS

Foi Ministro da Educação (2001/03) e da Economia e Finanças (2014/16) da Guiné-Bissau, e quadro do Banco mundial. Autor e coautor de estudos sobre ajustamento estrutural, sectores sociais, educação, demografia, é licenciado em química-física (Univ. Moldávia) e em Direito (Univ. Direito de Bissau), e mestre em Gestão e Políticas Públicas pela Universidade de Londres, com pós-graduação em Economia pela mesma instituição.

LEÃO LOPES

Artista plástico e docente caboverdiano. Fundador do M_EIA, Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura, é doutorado em Letras pela Universidade de Rennes II, França. Tem participado na promoção do ensino artístico em Cabo Verde, como autor de programas e planos curriculares do ensino secundário e superior. A sua actividade estende-se à concepção e coordenação de programas de desenvolvimento de comunidades rurais, como membro e Presidente da ONG Atelier Mar.

Conselho Consultivo

MARIA ELEONORA RABÊLLO

Licenciada em Filosofia pela Universidade Católica de Salvador (Brasil). Foi assessora de movimentos sociais de base pelo Centro de Estudos e Ação Social. Em 1994, é convidada a fundar o CRIA – Centro de Referência Integral de Adolescentes, actuando como educadora e gestora de projectos pela protecção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Nos três últimos anos no CRIA, coordena o Projecto *Corra pro Abraço*, proposta de atenção e promoção de direitos das populações em situação de rua.

MARIA MANUEL MOTA

Cientista portuguesa, doutorou-se na *University College* de Londres (1998) e fez pós-doutoramento na *New York University Medical Center* (2001), onde também leccionou. Desenvolve estudos sobre a malária no Instituto Gulbenkian de Ciência. Em 2004, ficou entre os 25 jovens cientistas galardoados com *European Young Investigator Award* e, em 2013, foi laureada com o Prémio Pessoa.

MARINA COSTA LOBO

É investigadora do Instituto de Ciências Sociais (ICS/ULisboa), onde desenvolve trabalhos na área das instituições e comportamentos políticos dos portugueses em perspectiva comparada. É coordenadora do Observatório da Qualidade da Democracia no ICS e Presidente da Comissão de Estudos Pós-Graduados.

MÁRIO SILVA

É sociólogo, professor e pesquisador do departamento de sociologia do IFCH-UNICAMP. Autor do livro *A descoberta do insólito: literatura negra e literatura marginal no Brasil* (1960-2000), publicado pela Aeroplano Editora, em 2013. Ganhou o Prémio do Centro de Estudos Sociais da Universidade Coimbra, para Jovens Cientistas Sociais em Língua Portuguesa.

MÓNICA COSTA

Professora e investigadora na *University of South Australia* (UniSA), tem trabalhado as questões de género e os orçamentos sensíveis ao génreo, incluindo trabalho de terreno na Indonésia e Timor-Leste.

JOÃO SIMÃO

Doutorado em Gestão e docente na Universidade Aberta, onde lecciona e orienta teses nas áreas do desenvolvimento sustentável (políticas e ideologias), ética e responsabilidade social empresarial, pensamento crítico em gestão e desenvolvimento turístico sustentável, que são as suas áreas de interesse académico. É ainda membro do CAPP- Centro de Administração e Políticas Públicas.

PAULA BARROS

Licenciada em Relações Internacionais, trabalha no âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento há cerca de 20 anos e tem experiência nas áreas da elaboração, coordenação e execução de programas e projectos, planeamento e programação, representação e negociações internacionais no quadro da União Europeia, Nações Unidas, OCDE, CPLP e Ibero-Americana. Possui formações na área da gestão do ciclo do projecto, de gestão pública e de inovação nos serviços públicos.

RICARDO SOARES DE OLIVEIRA

É Professor Associado de Ciências Políticas na Universidade de Oxford e autor de *Oil and Politics in the Gulf of Guinea* (2007) e *Magnificent and Beggar Land: Angola Since the Civil War* (2015).

RUI MIGUEL SANTOS

Vice-Presidente da CESO, *Visiting Professor* na *Maastricht School of Management* e Colégio da Europa, formador do Conselho da Europa em matérias ligadas à gestão de projectos de promoção dos Direitos Humanos, autor do livro "Gestão do Ciclo de Projectos de Desenvolvimento" e co-autor do "Manual de Procurement Internacional", trabalha em cooperação para o desenvolvimento há mais de 25 anos, de África à Europa Central e de Leste, passando pela América Latina e Caraíbas.

SOFIA SANTOS

É Secretária Geral do *Business Council for Sustainable Development* (BCSD) Portugal. Foi directora executiva do *Sustainability Knowledge Lab* do INDEG-ISCTE e fundou duas consultoras - a *Sustentare* e a *SystemicSphere*. É autora de *A Banca em Portugal e a Economia Verde* (2012), *A Banca tem Coração? As novas práticas de gestão necessárias para os bancos do futuro* (2015) e *Introdução à Economia Verde* (2016).

Curadoria de BD

PEDRO MOURA

É crítico e investigador de banda desenhada, escrevendo sobretudo nos blogues *www.lerbd.blogspot.com* e *www.yellowfastandcrumble.wordpress.com*. O seu primeiro livro de banda desenhada, *Os Regressos*, em co-autoria e desenhos de Marta Teives, foi publicado recentemente pela Polvo.

Criação Gráfica

ANA GRAVE

Porto e Gaia, cidades de infância. Estas, Aveiro, Genebra e Barcelona, cidades escola. Portugal, agora, casa-design (gráfico, o preferido). www.anagrave.com

Ficha técnica

Conselho Editorial
Alexandre Abreu
Ana Filipa Oliveira
Carlos Sangreman
Fátima Proença
Livia Apa

Conselho Consultivo
Alain Corbel
António Tomás
Conceição Lima
Carmeliza Rosário
Geraldo Martins
Leão Lopes
Maria Eleonora Rabêllo
Maria Manuel Mota
Marina Costa Lobo
Mário Silva
Mónica Costa
João Simão
Paula Barros
Ricardo Soares de Oliveira
Rui Miguel Santos
Sofia Santos

Foto de capa
Dário Pequeno Paraíso

Concepção gráfica
Ana Grave

Periodicidade
Revista Semestral

ISSN
2184-1926

Promotores
ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos
CEsA - Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento

Apoios
Esta publicação é financiada por fundos nacionais através do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua e da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto Estratégico UIDB/04521/2020

Disclaimer
O conteúdo desta publicação é da responsabilidade exclusiva dos promotores e autores e em nenhum caso pode considerar-se como reflectindo o ponto de vista dos financiadores.

Numa era de múltiplos desafios, da escala local à escala global, "Mundo Crítico – Revista de desenvolvimento e cooperação" quer responder à necessidade de debate entre actores sociais públicos e privados, de maior ou menor dimensão, de âmbito geográfico ou temático, com um empenhamento crítico, persistente e dialogante. Procura suscitar diálogos improváveis entre texto e imagem, entre arte e ciência, entre académicos, artistas, técnicos, entre pessoas que falam português em diferentes espaços geográficos ou culturais. O debate pretende-se abrangente, com especial enfoque nas transformações sociais, económicas ou políticas em curso no mundo de que fazemos parte.

A linha de orientação deste espaço tem por base uma visão do desenvolvimento como acção social multidisciplinar e de complementaridade entre diversos intervenientes, individuais e colectivos. Considera que a cooperação entre povos é um dos pilares sobre o qual se pode construir uma visão comum dos direitos humanos, do bem estar e do progresso da humanidade, hoje e de futuras gerações.

Uma revista de pensamento crítico para reflectir e agir.

uma iniciativa

acep

ceea CENTRO DE ESTUDOS SOBRE ÁFRICA E DESENVOLVIMENTO ISEG · Universidade de Lisboa

apoio

CAMÕES INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA PORTUGAL

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia